

## BRASIL, 1962

NATALÍCIO FRAGOSO DE ALENCAR

### Rondônia

**E**NCRAVADO na grande Região Norte, o atual Território Federal de Rondônia compreende uma área terrestre de 243 044 km<sup>2</sup> (cêrca de 2,9% da área do Brasil). Sua posição geográfica, considerada de transição entre o Norte e o Centro-Oeste, alcança o extremo noroeste do planalto brasileiro e parte da planície amazônica. A superfície do Território é maior do que a de 19 outras Unidades da Federação, e resultou da reunião de partes desmembradas dos Estados do Amazonas e de Mato Grosso; do primeiro, recebeu as áreas totais e parciais dos Municípios de Pôrto Velho e Humaitá, respectivamente, e do segundo, as áreas totais de Alto Madeira e Guajará-Mirim e parte da de Mato Grosso. Possui uma linha divisória com a Bolívia de 1 342 quilômetros, correspondendo a cêrca de 43% da fronteira total, que se estende por 3 126 quilômetros, e ainda não se acha totalmente demarcada. Essa linha divisória segue o curso do rio Abunã até a sua desembocadura no Madeira, e daí segue até a confluência dos rios Mamoré e Beni, formadores do Madeira. Prossegue pelo rio Mamoré até a confluência com o Guaporé, marcando, daí por diante, a fronteira até encontrar seu afluente Cabixi ou Branco.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré percorre a zona fronteiriça, desde Guajará-Mirim até a vila de Abunã. Aquela Unidade da Federação divide-se em quatro regiões naturais: planície amazônica, encosta setentrional do planalto brasileiro, chapada dos Parecis e vale do Guaporé.

A vida econômica do Território está vinculada à grande região amazônica, principalmente às cidades de Manaus e Belém. A BR-29 abrirá, todavia, outras perspectivas para a economia local. Assim é que o

abastecimento do Território, embora de custo elevado, já se faz parcialmente, no período das sêcas, através daquela rodovia.

A produção extrativa vegetal (borracha e castanha-do-pará) é a principal fonte de riqueza da região, figurando o Estado de São Paulo como o maior importador, com uma cota superior a 65% do total da produção. Por sua vez, o comércio de importação é feito com as praças de Manaus e Belém, predominando, nessa corrente — gêneros alimentícios e produtos químicos e farmacêuticos. O aparecimento da cassiterita — produto de exportação — dará novo alento a economia local, prevendo-se venha a superar o valor de tôdas as vendas tradicionais.

Os efetivos demográficos somavam 70 783 habitantes em 1.º de setembro de 1960 (30 842 na zona urbana e 39 941 na rural). A população da Capital (Pôrto Velho) ascendia, na mesma data, a 51 049 habitantes, enquanto a de Guajará-Mirim atingia 19 734. O número de domicílios existentes, segundo o referido levantamento censitário, era de 17 066.

### TERRITÓRIO DO ACRE

**O** ANTIGO Território do Acre alcançou a condição de Estado no momento em que apresenta razoáveis índices de desenvolvimento, com cêrca de 60% de sua população economicamente ativa no ramo extrativista, principalmente na cultura da borracha, a maior riqueza da região amazônica. Estimase em cifra superior a 1 bilhão de cruzeiros o valor da sua produção anual, correspondente a cêrca de 10 mil toneladas de borracha (hevea), mais de um terço do total nacional. Em virtude da precária navegabilidade dos rios da região, o escoamento do produto é dificultado durante os meses de junho a outubro, período em que permanece armazenado. Além da borracha, a castanha-do-pará

é outra fonte de riqueza, sendo a coleta feita na zona do Alto Purus. Destacam-se ainda, no âmbito de suas atividades econômicas, a produção madeireira (aguano e cedro) e a fabricação de farinha de mandioca e açúcar.

A região onde se localiza o Acre compreendia terras a que o nosso País tinha direito incontestado, antes do Tratado de 27 de março de 1867, então cedidas à Bolívia e reclamadas, em grande parte, pelo Peru. "Tôda a vasta região acima mencionada, ao sul de uma linha geodésica traçada da nascente principal do Javary à confluência do Beni com o Mamoré, estava reconhecida como boliviana por numerosos atos e declarações dos governos que entre nós se sucederam desde 1867" — afirmou o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, na *Exposição sobre o Tratado de Petrópolis*, endereçada ao Presidente da República em 27 de dezembro de 1903. "Um sindicato anglo-americano" — aduziu o grande brasileiro — com a denominação de *Bolivian Syndicate*, armado de direitos quase soberanos, que lhe haviam sido conferidos pelo Governo da Bolívia para administração, defesa e utilização do Acre, trabalhava — felizmente sem sucesso, — por interessar algumas Potências comerciais da Europa e os Estados Unidos da América nessa empresa, primeira tentativa de introdução no nosso continente do sistema africano e asiático das *Chartered Companies*. O ilustre predecessor de Vossa Ex., baldados todos os seus esforços para obter a rescisão desse contrato ou, pelo menos, a modificação, com que afinal se contentava, de certas cláusulas em que via inconvenientes e perigos para o Brasil e para a própria Bolívia, havia entrado no caminho das represálias, obtendo do Congresso, a cujo exame estava submetido, a retirada do Tratado de Comércio e Navegação entre os dois países e suspendendo, nos nossos rios, a liberdade de trânsito para a exportação e importação da Bolívia. No Acre, a população exclusivamente brasileira, se tinha de novo levantado, desde agosto, proclamando a sua independência da Bolívia, com o intuito de pedir depois a anexação ao Brasil do território ao norte do rio Orton".

Esta a situação reinante, quando o Brasil resolveu entrar em acôrdo com a Bolívia, resultando das negociações entabuladas o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, pelo qual conseguimos recuperar

e entrar em pleno domínio daquelas terras. Além disso, o nosso País ficou com direito à zona que a Bolívia reclamava do Peru, ao norte do paralelo II.º, na bacia do Ucayale. A Bolívia recebeu, como indenização, 2 milhões de libras, para aplicá-las na construção de estradas de ferro e em outras obras com o objetivo de melhorar as comunicações e desenvolver o comércio entre os dois países, etc.

Posteriormente, assinamos um Tratado com o Peru, completando a determinação das fronteiras entre os dois países e estabelecendo princípios gerais sobre o seu comércio e navegação na bacia do Amazonas.

O Acre compreende duas zonas fisiográficas: o Alto Purus e o Alto Juruá. Na primeira estão localizados 4 Municípios: Brasiléia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri; e na do Alto Juruá: Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá. Ascende a 14 o número de Distritos.

A população acreana atingia a 160 208 habitantes em 1.º de setembro de 1960, segundo os resultados preliminares do Recenseamento levado a efeito pelo IBGE. A zona urbana contava com 33 998 habitantes e a rural com 126 210. O número de domicílios existentes era de 29 323, dos quais 9 035 em Rio Branco.

A área terrestre do novo Estado, de acôrdo com o Conselho Nacional de Geografia, é de 152 589 km<sup>2</sup>.

Os efetivos demográficos dos Municípios acreanos, segundo os dados preliminares do censo de 1960, eram: Rio Branco, 47 882; Cruzeiro do Sul, 31 639; Sena Madureira, 22 486; Tarauaca, 20 193; Feijó, 14 091; Xapuri, 13 382 e Brasiléia, 10 535.

## AMAZONAS

O ESTADO do Amazonas divide-se em sete zonas fisiográficas — Médio Amazonas, Rio Madeira, Rio Negro, Solimões-Tefé, Rio Purus, Rio Juruá e Solimões-Javari —, nas quais se localizam presentemente cerca de 79 Municípios e 94 Distritos formando o quadro da sua divisão territorial. É a Unidade da Federação de maior área terrestre — 1 558 987 km<sup>2</sup> — e de acentuada rarefação demográfica — 0,46 hab/km<sup>2</sup> —, segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960.

A população amazonense em 1.º de setembro daquele ano somava apenas 721 215

habitantes (239 659 na zona urbana e 481 556 na rural). A cidade mais populosa — Manaus — tinha 175 343 habitantes, numa área de 14 150 km<sup>2</sup> (12,39 hab/km<sup>2</sup>).

A vida administrativa dos primeiros núcleos da população amazonense não é suficientemente conhecida, salvo a partir de 1750. Pesquisas históricas adiantam, contudo, que os mais importantes foram os de Barcelos (1758), Tefé (1759), Manaus (1790), Maués (1833) e Itapiranga (1852). Da fragmentação desses cinco Municípios surgiram mais 14: Coari (1874), São Paulo de Olivença (1822), Eirunepé (1892/4), Fonte Boa (1891) e Carauari (1911), desmembrados de Manaus; em 1850 era criado o de Parintins, de território pertencente a Maués; em 1857 surgia Itacoatiara, desmembrado de Itapiranga, onde se estabelecera o primeiro núcleo europeu no Amazonas; trinta anos depois, isto é, em 1887, um outro núcleo — o de Uruará — obtinha a sua autonomia administrativa; seguiu-se, em 1895, a criação de Urucurituba, também de território pertencente a Itapiranga. Do Município de Barcelos nasceu Uaupés (1891).

Ainda no século XIX cinco novas comunas amazonenses foram criadas: as de Barreirinha (1883), desmembrada de Parintins, Humaitá e Bôca do Acre (1890) e Canutama (1891), a primeira desmembrada de Manicoré e as demais de Lábrea, e Benjamin Constant (1898), de São Paulo de Olivença.

Em 1.º de julho de 1955 o Estado possuía 25 Municípios; na mesma data de 1960 — 44. Em menos de dois anos — de 1.º de julho de 1960 até a presente data — 35 novas unidades municipais foram acrescentadas ao quadro da divisão territorial.

O território do Estado foi elevado a Capitania por Decreto de 11 de julho de 1757, subordinada à do Pará, com o título de Capitania de São José do Javary ou do Rio Negro. Proclamada a constituição portuguesa, foi erigida em província, elegendo deputados às Córtes de Lisboa, em 1821. Após a Independência do Brasil ficou reduzida a simples comarca do Pará. Foi elevada novamente à categoria de província, com o título de Amazonas, pela Lei n.º 852, de 5 de setembro de 1850, verificando-se a sua instalação em 1.º de janeiro de 1852.

Com o advento da República, o Amazonas passou a Estado, sendo a Vila Barcelos a sua primitiva capital, que se denominava

até então aldeia de Mariná. Em 1790 a capital foi transferida para Barra (Nossa Senhora da Conceição de Manaus), voltando para Barcelos em 1798, e estabelecendo-se definitivamente em Manaus em 1804.

Os 20 Municípios mais populosos do Amazonas segundo os dados preliminares do censo de 1960, são: Manaus, 175 343; Manacapuru, 41 981; Careiro, 33 585; Parintins, 28 080; Itacoatiara, 25 899; Coari, 23 376; Maués, 20 021; Borba, 19 819; Manicoré, 18 969; Bôca do Acre, 18 356; Lábrea, 16 556; São Paulo de Olivença, 16 135; Tefé, 15 830; Fonte Boa, 14 743; Humaitá, 14 721; Autazes, 14 458; Carauari, 14 180; Uaupés, 13 709; Barcelos, 12 250; Benjamin Constant, 11 209.

#### TERRITÓRIO DO RIO BRANCO

Os primitivos habitantes das terras que constituem hoje o Território Federal do Rio Branco foram indígenas das tribos dos Macuxis, Jaricunas, Uapixana, Angaricé, Macu, Manhengen e Jauaperi. As primeiras explorações, contudo, dessas terras banhadas pelo tributário do Rio Negro datam, possivelmente, de 1670 ou 1671. Em começos do século XVIII foram as águas do Rio Branco sulcadas pelos componentes das famigeradas "Bandeiras de resgate", sendo os silvícolas alvo predileto desses impiedosos aventureiros, que lhes davam caça. Em 1740, Francisco Xavier de Andrade, subindo o curso do Rio Branco, enveredou pelas águas do Uraricoera, na época considerado como um prolongamento daquele e não como seu formador. Um ano depois, Nicolau Hortsman, induzido pelas narrativas lendárias, então propaladas sobre possíveis riquezas no Lago Dourado ou Parimé, partiu da Guiana Inglesa atingindo o curso do Rio Branco e alcançando o Negro, que o levou ao Amazonas. Hortsman conseguiu chegar ao Pará, mas já desiludido dos sonhos de fortuna que acalentara, após exaustiva e acidentada viagem. As incursões levadas a efeito por ingleses e holandeses e, posteriormente, pelos espanhóis, obrigaram os lusitanos a uma série de medidas no sentido de salvaguardar a posse e o controle da região. Assim, ergueram na foz do Tacutu, por volta de 1765, uma fortaleza, à qual foi dado o nome de São Joaquim; criaram ainda dois postos militares na zona do Uraricoera. Objetivando um controle administrativo sobre a região, o governo, por força da Lei

provincial n.º 92, de 9 de novembro do mesmo ano, ao designar as freguesias do Amazonas, determinou que a sede da freguesia do Carmo seria "acima das cachoeiras do Rio Branco, no lugar denominado Boa Vista". Todavia, somente entre os anos de 1872 e 1882 se cogitou da demarcação de nossas fronteiras nessa região.

Em 9 de julho de 1890, por força do Decreto estadual n.º 49, foi criado um município na localidade, erigindo-se a freguesia de Nossa Senhora do Carmo em vila, com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, e território desmembrado da então Vila de Moura, verificando-se a instalação a 25 daquele mês e ano. O Decreto Lei Federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, retificado pelo de n.º 5 839, de 21 desse mês, criou o Território, ao qual foi transferido o Município de Boa Vista, acrescido de parte do Município de Moura, do Amazonas, sendo a cidade de Boa Vista elevada à categoria de Capital. A criação dessas Unidades teve como objetivo principal promover o povoamento das regiões fronteiras do País, garantindo a segurança nacional pela manutenção de fronteiras vivas.

Unidade mais setentrional da Federação, o Rio Branco possui uma área terrestre de 230 104 km<sup>2</sup>. Compõem o quadro da sua divisão administrativa os Municípios de Boa Vista e Caracará, e os Distritos de Conceição do Maú, Depósito e Uraricoera, do primeiro, e Boiaçu e São José de Anauá, do último, além dos Distritos-sede. A população de Boa Vista era de 26 168 habitantes em 1.º de setembro de 1960, enquanto a do Caracará atingia 3 321. A densidade populacional do Território, é a mais inexpressiva da Federação, não indo além de 0,13 hab/km<sup>2</sup> em 1960.

A principal riqueza natural é o diamante. Minas de ouro, bauxita, cassiterita, cristal de rocha são também encontrados na região. A produção extrativa é representada pelos seguintes produtos: castanha-do-pará, gomas não elásticas e borracha. As culturas agrícolas mais desenvolvidas são as de mandioca, arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar.

## PARÁ

**A**o aproximar-se o fim do século XVI, os holandeses levantaram em um dos braços do Amazonas os estabelecimentos de Orange e Nassau — 80 e 7 léguas, respectivamente, acima da foz do grande rio, em

cujas margens fizeram inúmeras plantações. Antes, isto é, em 1546, Luiz de Melo e Silva, no comando de uma caravela portuguesa, chegara a explorar o curso inferior do Amazonas. Por volta de 1553, obtendo de D. João III uma concessão de terras paraenses, empreendeu uma expedição, a qual veio a naufragar à entrada do Pará, em 11 de novembro de 1554. Da catástrofe escaparam, apenas, uma caravela e uma chalupa, tendo seus marinheiros e passageiros conseguido arribar às Antilhas. Uma força de 200 homens e 3 embarcações partiu, em 1615, por ordem de Alexandre de Moura, do Maranhão, sob o comando de Francisco Caldeira Castelo Branco, com o objetivo de ocupar as terras do Amazonas e expulsar os holandeses e ingleses que nelas se haviam estabelecido. Entrando pelo rio Pará, Castelo Branco alcançou a baía de Guajará, fundando, em uma das pontas da margem direita da baía, a cidade de Nossa Senhora de Belém e a Capitania do Grão Pará, da qual possuía o título de capitão-mor.

A fundação da capital paraense data de 12 de janeiro de 1616. Em seguida (1635) foi a vez de Cameté, que deve sua origem à tribo dos Camutás, da família Tupinambá, primitivos habitantes da região.

Em 1636 Felipe IV, da Espanha, determinou ao governo do Estado independente do Maranhão a fundação da Capitania do Cabo Norte, tendo por extremos os rios Vicente Pinzon (Oiapoque) e Paru, afluente do Amazonas pela margem esquerda. Essa capitania foi fundada em junho de 1637 e doada a Bento Maciel Parente; boa parte de suas terras forma hoje o Território do Amapá.

Gurupá, o terceiro Município paraense, surgiu em 1639. Fato curioso está relacionado com a sua história: dois religiosos franciscanos chegaram à povoação, pelo rio Amazonas, procedentes de Quito, no Equador. Bento Maciel Parente ordenou, então, ao capitão Pedro Teixeira fizesse a viagem em sentido inverso. Saindo de Gurupá, pelo Amazonas, a 28 de outubro de 1637, Teixeira transpôs a atual fronteira do Brasil, percorreu o rio Napo até a confluência do Coca e de Payamine e, pelo caminho de terra alcançou, ao fim de 10 meses, a povoação de Baeza — cêrca de 2 mil metros acima do nível do mar e distando apenas 150 léguas de Quito. Na viagem de volta, Teixeira levou outros 10 meses, pelo mesmo itinerário,

chegando a Gurupá a 16 de outubro de 1639 em companhia do jesuíta Cristoval Acuña, que publicou uma narração da expedição.

Em 1652 a Capitania do Pará tornou-se independente, com a dissolução do govêrno geral do Maranhão; em 1654 foi novamente reunida à do Maranhão, governada por capitães-mores. A quarta vila paraense — Vigia — surgiu em 1698; quase meio século depois, em 1747, era criada a de Arari, seguindo-se as de Bragança (1753), Santarém e Maracanã (1756), Soure (1757), Chaves, Monte Alegre, Faro, Óbidos, Pôrto de Moz, Alenquer, Breves, Currealinho (1758) e Ourém (1762). Em 1772 as duas capitanias foram definitivamente separadas, ficando a do Rio Negro subordinada à do Pará e a do Piauí sujeita ao Govêrno do Maranhão. O território paraense se estendia até a enseada do Turiacu, sendo-lhe incorporadas as 2 capitanias da Ilha de Joannes e de Caité. Em 1833 deu-se a criação de Muaná e, dez anos depois, a de Igarapé-Mirim.

Êsses 20 Municípios deram origem, por desdobramento, direto ou indireto, as atuais 82 unidades municipais e cêrca de 170 Distritos, que compõem o quadro da divisão administrativa paraense.

O Estado divide-se em 12 zonas fisiográficas — do Salgado, Gurupi, de Marajó e Ilhas, Itacaiunas, do Planalto, do Rio Xingu, do Baixo Amazonas, do Tapajós, Tocantina, Jacundá-Pacajá, Bragantina e Guajarina.

A população recenseada em 1.º de setembro de 1960 ascendia a 1 550 935 habitantes (630 672 na zona urbana e 920 263 na rural); a densidade demográfica era de 1,26 hab/km<sup>2</sup>. O número de domicílios existentes somava 261 764, dos quais 66 095 em Belém.

Os 20 Municípios mais populosos, do Pará, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Belém, 402 170; Santarém, 93 151; Bragança, 69 005; Cametá, 56 250; Abaetetuba, 45 080; Capanema, 36 109; Ourém, 35 299; Breves 32 613; Vigia, 28 920; Alenquer, 28 549; Vizeu, 27 975; Igarapé-Miri, 24 875; Guamu, 23 082; Castanhal, 21 618; Igarapé-Açu, 21 315; Soure, 20 700; Ananindeua, 20 478; Marapanim, 20 381 e Curuçá, 20 366.

#### AMAPÁ

**O** TERRITÓRIO Federal do Amapá estende-se por duas sub-regiões da Grande Região Norte, pelas Regiões da Encosta do

Planalto das Guianas, a oeste, e da Planície Litorânea, a leste, entre as latitudes de 4º 20' 45" N e 1º 13' 30" S e as longitudes de 49º 54' 45" e 54º 47' 30" W. Gr. Mede, entre as linhas extremas, 616 quilômetros na direção N-S e 543 na E-O. A área terrestre daquela Unidade da Federação é de 137 303 km<sup>2</sup> e seus pontos extremos são o Cabo Orange, ou Rio Branco, ao norte; o ponto a 32 quilômetros da foz do Rio Jari, ao sul; o Cabo Norte, ou Raso, a leste; e a nascente do Rio Jari, a oeste. Compõem o quadro da sua divisão administrativa os Municípios de Amapá, Calçoene, Macapá, Mazagão e Oiapoque, e 17 Distritos.

Os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960 registram uma população, no Território, de 68 889 habitantes — 35 390 na zona urbana e 33 499 na rural. Densidade demográfica: 0,50 hab/km<sup>2</sup>. Um terço da população economicamente ativa se dedica ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", e a área agrícola cultivada abrange cêrca de 7 mil hectares. Produz mandioca, arroz, milho, banana, cana-de-açúcar, laranja, tomate, abacaxi, fumo, côco-da-baía, batata doce, estimando-se em quantia superior a 100 milhões de cruzeiros o valor da produção. Quanto à pecuária, os rebanhos bovinos compreendem mais de 60 mil cabeças, os suínos, 30 mil, os equinos, asininos e muares, 5 mil, e os ovinos e caprinos, 4 mil. As atividades das indústrias extrativas absorvem ¼ da população ativa, enquanto os ramos "indústrias de transformação" e "prestação de serviços" empregam, apenas, 1/10 dessa população (cada ramo).

Constituídas de hematita, manganês, cromita, ouro, cassiterita, tantalita, columbita, diamantes, as jazidas minerais do Território são a principal fonte de riqueza da região. Outros produtos da economia local: castanha-do-pará, borracha, sementes oleaginosas e essências vegetais, peles silvestres, grude de gurijuba, etc.

O comércio amapaense é feito com os Estados do Pará, Guanabara, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Amazonas; no exterior, figuram os Estados Unidos como os principais compradores e fornecedores do Território. Em 1960, a corrente exportadora registrou movimento superior a 5,9 bilhões de cruzeiros, enquanto a importadora se manteve na faixa de 1,3 bilhão de cruzeiros.

## MARANHÃO

**D**OS Estados da Região Nordeste, o Maranhão é o que ocupa maior área terrestre — 324 616 km<sup>2</sup>. A sua densidade populacional é, contudo, das mais baixas — 7,68 hab/km<sup>2</sup>. Esse fenômeno, segundo os resultados preliminares do Censo de 1960, é mais acentuado ainda noutro Estado nordestino — o Piauí —, cuja densidade demográfica atinge apenas 5,03 hab/km<sup>2</sup>.

A população maranhense somava, em 1.º de setembro de 1960, 2 492 139 habitantes (448 509 na zona urbana e 2 043 630 na rural) Por sua vez o número de domicílios existentes em todo o Estado ascendia a 470 245.

São Luís, a capital maranhense, que comemorou o 350.º aniversário de fundação no dia 6 de agosto de 1962, é o núcleo de população mais antigo do Estado. Em 1594, Jacques Riffault chegava à Ilha do Maranhão e nela se estabelecia. Voltando depois à França, organizou uma Companhia, confiada a Daniel de la Touche, sr. de la Ravardière. Saindo de Cancale, La Revardière ancorou, em 1612, em Jeviré, considerado como pôrto da Ilha Grande do Maranhão, assentando a colônia numa chapada, à esquerda do Pôrto, onde se fortificou e construiu uma pequena cidade, à qual foi dada a denominação de São Luís, em honra de Luís XIII, rei de França. Em 1614, Jerônimo de Albuquerque derrotou os franceses, obrigando-os a partir no prazo de cinco meses. Com a chegada de Alexandre Moura, esse prazo foi revogado, e os franceses tiveram a sua retirada abreviada. Em 1621, a capitania do Maranhão passou a ter jurisdição sobre as do Ceará e Pará.

O segundo Município maranhense — o de Alcântara — surgiu em 1648; em 1688 era criado o de Icatu; em 1733, o governador geral transferiu sua residência para a cidade de Belém, ficando o Maranhão confiado a capitães-mores, até 1754. Em 1772 houve a separação da capitania do Pará. Viana, a quarta vila maranhense, apareceu em 1757. Um ano depois (1758) eram criadas as de Guimarães e Tutóia.

Ao expirar o século XVIII o quadro da divisão territorial era constituído de seis unidades municipais. Em 1811, Caxias ad-

quiriu foros de vila e, em 1817, de território pertencente a São Luís, Itapecuru-Mirim. Brejo e Pastos Bons, por sua vez, surgiram em 1820, desmembrados de Caxias. Carolina (1831), Parnarama, Codó, São Bento e Vitória do Mearim (1833) e São Francisco do Maranhão (1835) foram acrescentadas ao quadro da divisão administrativa. Pela Lei de 12 de junho de 1852 foi incorporado ao Maranhão o território compreendido entre o Turiaçu e o Gurupi, então ligado ao Pará (vila de Bragança), constituindo o Município daquele nome.

Os 122 Municípios e cerca de 180 Distritos, que compõem presentemente o quadro da sua divisão territorial, originaram-se da fragmentação dessas 14 unidades municipais.

O Estado divide-se em 13 zonas fisiográficas, a saber: Zona do Litoral Norte, da Baixada, do Baixo Mearim, do Gurupi, do Pindaré, do Litoral Nordeste, do Baixo Parnaíba, do Médio Parnaíba, do Alto Parnaíba, de Itapecuru, do Alto Mearim, do Tocantins e de Carolina.

Os 20 Municípios mais populosos do Maranhão, de acordo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: São Luís, 159 628; Caxias, 129 271; Bacabal, 108 506; Pedreiras, 99 459; Pindaré-Mirim, 84 863; Vitorino Freire, 79 106; Codó, 71 781; Coroatá, 64 865; Ipixuna, 54 928; Pimenteiro, 49 013; Cururupu, 46 904; Barra do Corda, 45 490; Chapadinha, 39 742; Imperatriz, 39 331; Pio XII, 36 926; Monção, 36 479; São Bento, 36 304; Largo da Pedra, 35 172; Vargem Grande, 35 114 e Itapecuru-Mirim, 32 920.

## PIAUI

**O** QUADRO da divisão territorial do Piauí conta, presentemente, com 83 Municípios e cerca de 95 Distritos, os quais se acham distribuídos por 8 zonas fisiográficas, a saber: Zona do Planalto, Alto Parnaíba, Sertão, Litoral, Ibiapaba, Carnaubeira, Baixo Parnaíba e Médio Parnaíba.

As primeiras incursões em território piauiense datam possivelmente de 1674, quando os portugueses Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra, fazendeiros nas margens do São Francisco, saindo em perseguição dos índios que devastavam

suas fazendas, se internaram pelo alto sertão pernambucano, à frente de uma bandeira, alcançando a Serra dos Dois Irmãos. Continuando a marcha para o norte, descobriram as férteis terras banhadas pelo Canindé e seus tributários. Domingos Afonso obteve, após seu regresso, cêrca de 40 léguas de terras, de sesmarias, nelas estabelecendo fazendas de criação, as quais foram sequestradas e incorporadas, em 1761 aos bens do domínio da coroa, depois de pertencerem, por legado, aos padres jesuítas.

O território piauiense ficara sob a jurisdição da capitania da Bahia até 1715, quando foi desligado, subordinando-se à do Maranhão. Em 1718 deu-se a sua elevação à categoria de capitania, ainda sujeita à do Maranhão e governada por um capitão-mor. Tornou-se capitania independente em 1811. Com a Independência do Brasil (1822), veio a ser uma das Províncias do Império.

Oeiras, o primeiro Município piauiense, foi fundado em 1712. A antiga "Aldeia Cabrobó", elevada em 1716 à categoria de cidade, tomou a denominação atual. Foi também a capital do Piauí até 1852, quando a mesma se transferiu para Teresina. Em 1761 criaram-se seis novas comunas — as de Campo Maior, Castelo do Piauí, Jerumenha, Parnaíba e Valença do Piauí. Em 1832, porém, aparecia Jaicós; Luís Correia (1874) e Luzilândia (1890) completaram o quadro da divisão administrativa. Da fragmentação, direta ou indireta, dêsse 10 núcleos de povoamento surgiram antes de expirar o século XIX mais 23 unidades municipais — Picos (1855), Teresina (1832), Barras (1841), União (1853), José de Freitas (1877), São Raimundo Nonato (1850), São João do Piauí (1897), Bertolândia (1890), Floriano (1896), Bom Jesus (1855), Corrente (1872), Gilbués (1891), Santa Filomena (1873), Piracuruca (1832), Pedro II (1854), Batalha (1855), Piripiri (1874), Buriti do Lopes (1890), Amarante (1832), Palmeiras (1894), Regeneração (1875), Paulistana (1855) e Pio IX (1888). Alterações posteriores, já neste século, possibilitaram o acréscimo de 50 novos Municípios ao quadro da divisão territorial daquele Estado.

A população piauiense ascendia a 1 263 368 habitantes (298 152 na zona urbana e 965 216 na rural), de acôrdo com os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960. A área terrestre ocupa

250 934 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica é de 5,03 hab/km<sup>2</sup>. O aludido levantamento censitário apurou a existência de 220 831 domicílios, dos quais 25 014 em Teresina.

Os 20 Municípios mais populosos do Piauí, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Teresina, 144 799; Parnaíba, 63 496; Campo Maior, 56 627; Picos, 50 102; Oeiras, 40 306; São Raimundo Nonato, 33 149; Valença do Piauí 32 852; Barras, 31 735; Buriti do Lopes, 31 104; Piripiri, 29 525; União, 29 124; São João do Piauí, 27 453; Pedro II, 25 922; Floriano, 24 065; Castelo do Piauí, 23 711; Jaicós, 22 332; Altos, 22 046; Luzilândia, 20 273; Miguel Alves, 20 002 e Piracuruca, 19 621.

## CEARÁ

**A** HISTÓRIA do Ceará começa em fins do século XVI, noventa anos após a descoberta do Brasil, quando os franceses passaram a freqüentar as suas costas, mantendo com os indígenas intenso comércio de madeiras de tinturaria e iniciando uma feitoria sobre a cordilheira da Ibiapaba, na extremidade norte. No início do século XVII (1603), os portugueses, que já se haviam estabelecido em Pernambuco, foram ao encontro dos franceses. A fixação definitiva, porém, só se verificou em 1609, com a fundação de um arraial na barra do rio Ceará, então chamado Itarema.

Em 1621, a capitania do Ceará formou com a do Pará e Maranhão o Estado dêste último nome, separado do resto do Brasil. Em 1680 desligava-se do Maranhão e passava, como capitania subalterna, para a jurisdição da de Pernambuco. Em 1799, porém, era elevada à categoria de capitania independente, por Alvará de 17 de janeiro do mesmo ano. Após a independência do Brasil, passou a província, e depois da proclamação da República, a Estado.

Segundo a documentação existente no Conselho Nacional de Estatística, Aquiraz, o primeiro Município cearense, surgiu em 1699. Posteriormente foram criados os de Icó (1736), Aracati (1747), Viçosa do Ceará (1759), Baturité (1763), Granja (1776), Quixeramobim (1789), Guaraciaba do Norte (1791), Crateús (1832) e Jaguaratama (1833), dos quais se originaram, por desdobramento, direto ou indireto, os atuais 148. Fortaleza, o segundo Município, nasceu da fragmentação de Aquiraz em 1725; a

Capital cearense teve sua origem na planície vizinha à praia da ponte de Mucuripe, onde Martim Afonso Moreno levantou, em 1610, um presídio fortificado, ao qual ajuntou uma ermida, com a invocação de Nossa Senhora do Amparo. O forte teve a denominação de Assunção. Ainda de território pertencente a Aquiraz surgiram: Russas em 1801, Cascavel em 1833 e Pacajus (1890). De Icó, fundada em 1736, apareceram, por desdobramento direto, Crato (1758), Lavras da Mangabeira (1816), Jucás (1823), Peireiro (1842), Iguatu (1851) e Orós (1956), enquanto Aracati possibilitava, por sua vez, o aparecimento de Jaguaruana (1860) e Icapuí (1959). São Benedito (1872) e Tinguá (1890) formaram-se do território pertencente a Viçosa do Ceará, ao passo que, da fragmentação de Baturité, apareciam Redenção (1868), Araçoiaba e Pacoti (1890) e, mais recentemente, Capistrano (1951) e Itapiúna (1957). Granja possibilitou a criação de Coreaú (1870), Camocim (1879), Martinópolis e Uruoca (1957), sempre por desmembramento direto. De Quixeramobim surgiram Tauá (1801), Canindé (1846), Mombaça (1851), Boa Viagem (1864), Quixadá (1870) e Itatira (1951). Jaguaraciaba do Norte dava lugar à criação de Ipu (1840) e Reriutaba (1922); de Crateús nascia Independência em 1857. De Jaguaratama surgiam Jaguaribe (1864), Solonópolis (1870) e Jaguaribara (1957). A maioria dessas comunas já sofreu desmembramentos, elevando-se atualmente o número de unidades municipais cearenses a 148.

A população do Estado em 1.º de setembro de 1960 somava 3 337 856 habitantes, 1 124 829 dos quais concentrados na zona urbana e 2 213 027 distribuídos pela zona rural. A área terrestre era de 148 016 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 22,55 hab/km<sup>2</sup>.

Fortaleza, com 336 km<sup>2</sup> de área terrestre, possuía uma população de 514 818 habitantes, segundo os resultados preliminares daquele levantamento censitário. A densidade demográfica da capital cearense era de 1 532,20 hab/km<sup>2</sup>.

Os 20 Municípios mais populosos do Ceará, segundo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Fortaleza, 514 818; Quixadá, 81 682; Itapipoca, 79 663; Sobral, 73 716; Juazeiro do Norte, 68 494; Crato, 59 464; Acaraú, 55 385; Quixeramobim, 52 341; Iguatu, 51 570; Maranguape, 46 205; Caucaia, 42 572; Crateús, 41 491;

Aracati, 41 370; Morada Nova, 38 616; Canindé, 37 672; Ipu, 37 144; São Benedito, 35 760 e Icó, 34 976.

#### RIO GRANDE DO NORTE

NAS seis zonas fisiográficas — Chapada do Apodi, Litoral, Seridó, Serrana, Salineira ou Litoral e Salinas, Agreste e Centro Norte — do Rio Grande do Norte estão localizadas 84 unidades municipais constituindo o quadro da divisão administrativa do Estado. Recentemente, dois distritos, os de Montanhas e Espírito Santo adquiriram a sua autonomia administrativa, separados, respectivamente, dos Municípios de Pedro Velho e Várzea.

O território potiguar fazia parte da doação feita ao historiador João de Barros e a seu associado Aires da Cunha, que não puderam colonizá-lo. Constava de um litoral de cem léguas e ia da Baía da Traição (Acejutibiró) até Angra dos Negros. Manuel Mascarenhas, capitão-mor de Pernambuco, no tempo de Francisco de Souza, recebeu, então, aquela incumbência. Piratas franceses já incursionavam em suas costas, utilizando inclusive o seu pôrto; além disso, havia ainda as depredações que os potiguares causavam aos lavradores da Paraíba. Em 1597, Manuel Mascarenhas chegava ao Rio Grande do Norte e construía próxima à barra do Rio Grande (Potengy), sôbre o recife do lado meridional, um pequeno forte — dos Três Reis Magos —, concluído em 24 de junho de 1598. Hostilizado pelos índios Potiguares, recorreu a Jerônimo de Albuquerque, que conseguiu pacificá-los, contando, para isso, com o auxílio do índio Sorobabé, murubixaba de uma cabilda. Fundou então Albuquerque à pequena distância do forte, o núcleo da vila e capital, que se chamou Natal, pela circunstância, talvez segundo o Visconde de Pôrto Seguro, de ter sido a matriz ou o pelourinho inaugurado a 25 de dezembro. A inauguração do pelourinho importava a instalação da vila. Em recompensa pelos serviços prestados, Jerônimo de Albuquerque foi escolhido primeiro capitão-mor do Rio Grande do Norte.

Em 1631, os holandeses tentaram apoderar-se do território; repelidos, voltaram em 1633, sob o comando de Mathias Van Coulon, que tomou a fortaleza dos Três Reis Magos, impondo o domínio batavo à capitania, até novembro de 1645, quando foram



expulsos. Em 1654, parte da capitania era doada por D. João IV a Manoel Jordão; em 1687, ficava a comarca, por ordem régia, sob a jurisdição do ouvidor geral da Paraíba, até 1689, data em que foi erigida em Condado, pelo rei D. Pedro II, em favor de Lopo Furtado de Mendonça. Governada, a princípio, por capitães-mores e, depois, por governadores, dependentes do govêrno da Bahia, em 1701 ficou subordinada à capitania de Pernambuco.

Em 1755, eram criadas as vilas de Portalegre e Ceará-Mirim, esta última de território pertencente a Natal, cuja elevação a cidade se deu posteriormente, em 24 de fevereiro de 1823. Em 1758, surgiram Arês e São José de Mipibu. Seguiram-se: Canguaretama (1769) e Açu (1788). Ainda nesse ano, Natal experimentava o segundo desmembramento, com a criação de Caicó. Macaíba, em 1833, veio completar o quadro da divisão territorial da então Província do Império.

Na data da proclamação da República contava o Rio Grande do Norte com 27 municípios. Várias alterações verificaram-se, desde então, na sua divisão administrativa. Nos 72 anos de vida autônoma, como Estado da Federação, nada menos de 57 novas comunas foram criadas, 16 das quais em 1958 e 2 no ano seguinte. No início de 1962, Montanhas e Espírito Santo elevaram a 84 o número de unidades municipais potiguares.

O Estado ocupa uma área terrestre de 53 015 km<sup>2</sup>. A sua população atingia, em 1.º de setembro de 1960, data da última apuração censitária, 1 157 258 habitantes (435 189 na zona urbana e 722 069 na rural). Densidade demográfica: 21,83 hab/km<sup>2</sup>. O número de domicílios ascendia, na mesma data, a 214 949, sendo 29 101 no Município da Capital.

Os 20 Municípios mais populosos do Rio Grande do Norte, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Natal, 162 537; Mossoró, 57 690; Santo Antônio, 36 170; Ceará-Mirim, 34 959; São Paulo do Potengi, 30 106; Caicó, 27 447; Açu, 26 432; Nova Cruz, 22 644; Macaíba, 22 104; Currais Novos, 21 300; Martins, 20 728; Alexandria, 19 466; São Miguel, 19 083; Macau, 18 147; São José de Mipibu, 18 140; Apodi, 17 607; Caraúbas, 16 872; São Gonçalo do Amarante, 16 785; Santa Cruz, 16 680; e Pau dos Ferros, 16 678.

## PARAÍBA

O ESTADO da Paraíba conta atualmente com 149 Municípios e cerca de 206 Distritos distribuídos numa área terrestre de 56 372 km<sup>2</sup> pelas nove zonas fisiográficas em que se divide aquela Unidade da Federação. O território abrange a maior parte da região setentrional da antiga capitania de Itamaracá, cujo donatário era Pero Lopes de Souza.

Em 1584, o governador-geral Manoel Teles Barreto resolveu prosseguir na conquista da Paraíba, anteriormente encetada pelo ouvidor Fernão da Silva, segundo instruções de Luís de Brito, tendo, para êsse fim, organizado uma expedição marítima confiada a Diogo Flôres Valdez, e outra terrestre, sob o comando de D. Filipe Moura e Frutuoso Barbosa, os quais, depois de fortemente hostilizados pelos indígenas e os franceses, recuaram para Olinda. Em 1585, o chefe Piragibe (Braço de Peixe), desgostando-se com os seus, aliou-se aos portugueses, o que veio consolidar definitivamente o domínio lusitano na Paraíba.

A fundação da atual cidade de João Pessoa data de 5 de agosto de 1585, dia de Nossa Senhora das Neves, com a denominação de *Cidade Filipéia*, dada pelo ouvidor-geral Martim Leitão, segundo a chamou Frutuoso Barbosa, em homenagem a Felipe II, de Espanha. Durante o domínio holandês chamou-se *Frederícia*, em honra do príncipe de Orange. Restabelecida a soberania portuguesa, voltou a denominar-se Paraíba e, mais recentemente, João Pessoa. Em 1684, era tornada capitania independente, mas em 1755 foi reunida e subordinada à de Pernambuco. Somente em 1799 (17 de janeiro) é que se tornou definitivamente autônoma.

Em 1758, era criado o segundo Município — o de Pilar —, desmembrado do de João Pessoa. A influência civilizadora de Pernambuco já se fazia sentir. O sertão fôra, então, devassado pelas bandeiras de Oliveira Ledo, que se fixara nas ribeiras de Piranhas e Piancó. Souza e Pombal, localizadas no alto sertão, passaram, assim, à categoria de vila pela Carta Régia de 22 de julho de 1766, ao passo que outras povoações, embora mais próximas à Capital, não conseguiriam a mesma regalia. Campina Grande (1788) e São João da Cariri (1800) obtinham também sua elevação à categoria de Município, pois já formavam núcleos de civilização independentes da Capital. Dêsses

cinco Municípios é que se originaram, por desdobramento, direto ou indireto, os atuais 149.

Na data da proclamação da República contava a Paraíba com 33 comunas; em 1.º de julho de 1960 somavam, contudo, 88. No período de vinte meses, isto é, daquela data até 8 de fevereiro de 1962, o quadro da divisão territorial quase que duplicou.

A população recenseada em 1.º de setembro de 1960, data do último levantamento censitário, atingiu 1 157 258 habitantes (435 189 na zona urbana e 722 069 na rural). A densidade demográfica era de 21,83 hab/km<sup>2</sup>. O Estado compreende nove zonas fisiográficas, assim discriminadas: Zona do Seridó, Litoral e Mata, Brejo, Borborema Central, Sertão de Piranhas, Sertão Alto, Sertão do Oeste, Agreste e Caatinga Litorânea e da Borborema Oriental.

Os 20 mais populosos Municípios do Estado da Paraíba, segundo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Campina Grande 207 445; João Pessoa, 155 117; Mamanguape, 66 994; Souza, 62 948; Patos, 61 178; Sapé, 48 596; Santa Rita, 47 325; Pombal, 45 569; Itabaiana, 43 365; Piancó, 39 349; Cajazeiras, 39 104; Guarabira, 38 547; Itaporanga, 33 700; Alagoa Grande, 33 269; Areia, 32 474; Alagoa Nova, 31 309; Catolé do Rocha, 29 511; Pilar, 29 441; Ingá, 27 877; Rio Tinto, 27 058.

## PERNAMBUCO

As últimas alterações experimentadas pelo quadro da divisão territorial do Estado de Pernambuco datam de 1958, quando foram criados 21 novos Municípios, elevando-os a 123 e a 327 o de Distritos. Aquêl Estado nordestino ocupa uma área de 98 281 km<sup>2</sup>, e seus efetivos demográficos, segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960, ascendiam, naquela data, a 4 136 900 habitantes (1 856 689 na zona urbana e 2 280 211 na rural), com uma densidade populacional da ordem de 42,09 hab/km<sup>2</sup>. Na capital pernambucana concentravam-se 797 234 habitantes, numa área de 209 km<sup>2</sup> (3 814,52 hab/km<sup>2</sup>).

O levantamento censitário de 1960 registrou, ainda, expressivo número de domicílios no Estado — 811 405 —, dos quais 153 342 no Município da capital.

Uma casa de feitoria, de Cristóvão Jacques, situada na entrada sul do canal de Itamaracá, foi o primeiro estabelecimento português no território pernambucano. Em 5 de julho de 1526, Jacques era nomeado guarda-costa, viajando ao Brasil no ano seguinte no comando de uma armada, que daria caça aos entrelopos e defenderia a costa brasileira dos desembarques de estrangeiros. Em 1534, com a divisão do Brasil em capitânias hereditárias, foi doada a de Pernambuco, com cêrca de 350 km<sup>2</sup> — do rio Igarassu (Santa Cruz) até o Rio São Francisco (Opara) —, a Duarte Coelho Pereira. Compreendia boa parte do Estado de Pernambuco e todo o de Alagoas; a superfície alcançava perto de 290 mil km<sup>2</sup>.

Chegando às terras de sua doação a 9 de março de 1535, Duarte Coelho levantou, no lugar da antiga feitoria, a povoação de Igarassu, assentando, algumas léguas mais ao sul, em Olinda, a capital de seus domínios (1537). Com o falecimento de Duarte Coelho, em 1554, seus descendentes governaram a capitania até 1630, quando houve a invasão holandesa, sendo governador donatário Matias de Albuquerque.

Durante o domínio batavo, que se estendeu por 24 anos, Maurício de Nassau escolheu o povoado de Recife como ponto definitivo para a capital da possessão, tendo a ilha de Antônio Vaz como centro da cidade. Expulsos os holandeses em 1654, após cruentas lutas, reverteu a capitania para o domínio da coroa, passando a ser regida por Capitães-generais. Olinda, que fôra incendiada pelos invasores em novembro de 1631, voltou, em 1654, a ser capital, até 1827, quando a mesma foi transferida para a cidade de Recife. Em 1685 eram anexados a Pernambuco a Paraíba, o território vizinho da extinta capitania de Itamaracá e, em 1701, o Rio Grande do Norte. O terceiro município pernambucano — Sirinhaém — surgiu em 1627; seguiu-se-lhe o de Goiana (1685/1742). Em novembro de 1709 o povoado do Recife, então pertencente a Olinda, era elevado à categoria de vila o que motivou a guerra civil entre os senhores de engenho, de Olinda, e os negociantes portugueses, de Recife, apelidados de "mascates". Em 1715, aboliram-se os direitos dos herdeiros dos donatários da capitania, com a indenização ao Conde de Vimioso. Em 1718, o alto sertão do São Francisco, então subordinado à Bahia, era incorporado à capitania, bem como o Ceará, tornando-a a mais extensa em território. Em

1762 era criada a vila de Pesqueira; um ano antes de expirar o século XVIII (1799) o Ceará e a Paraíba eram desligados da administração pernambucana; em março de 1817 separou-se o Rio Grande do Norte e em setembro do mesmo ano, Alagoas; por último, o sertão do Rio São Francisco, também chamado *Sertão de Rodellas*.

A história dos Municípios pernambucanos pode ser assim resumida: após a criação de Igarassu (1535) e Olinda (1537), deu-se a elevação do povoado de Recife, então pertencente a Olinda, à categoria de vila (1709); Sirinhaém surgiu em 1627; depois, Goiana (1685/1742) e, ainda no século XVIII (1762), Pesqueira. No século XIX (1811) era criado Garanhuns; 40 anos depois (1851) aparecia Serra Talhada; Petrolândia, em 1846, Ouricuri, em 1849, e Petrolina em 1870 completaram o quadro territorial da então província do Império. Os atuais 123 Municípios e 327 Distritos originaram-se portanto, da fragmentação, direta ou indireta, dessas 10 unidades — Igarassu, Olinda, Sirinhaém, Goiana, Pesqueira, Garanhuns, Serra Talhada, Petrolândia, Ouricuri e Petrolina.

Os 20 Municípios mais populosos de Pernambuco, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Recife, 797 234; Garanhuns, 113 392; Olinda, 109 953; Caruaru, 106 231; Jaboatão, 105 261; Limoeiro, 95 596; Vitória de Santo Antão, 88 993; Bom Conselho, 61 900; Goiana, 59 122; São Bento do Una, 57 338; Bezerros, 53 900; Gravatá, 52 894; Paulista, 51 897; Cabo, 51 883; São Lourenço da Mata, 51 108; Timbaúba, 49 754; Glória do Goitá, 47 521; Águas Belas, 47 141; Nazaré da Mata, 44 943; e Surubim, 44 795.

#### ALAGOAS

NUM período de 12 anos — de 1950 até a presente data — praticamente duplicou o número de Municípios alagoanos, passando de 37 para 71 unidades. O povoamento do território daquele Estado nordestino teria partido de 3 focos iniciais, figurando Pôrto Calvo, ao norte, como núcleo principal de irradiação; o segundo situou-se no centro do litoral e desenvolveu-se em tórno das lagoas, que deram nome ao povoado — Alagoas ou Alagoa do Sul e Alagoa do Norte —, prolongando-se depois pelo vale do Mundaú, a cujas margens assentara os fundamentos da

economia local — os engenhos de açúcar; o terceiro foco localizou-se no sul e teve em Penedo seu centro de expansão.

Pôrto Calvo, um dos primeiros lugares a ser habitado por colonos portugueses, foi palco de cruentas lutas durante o domínio holandês, datando o seu povoamento de 1575, talvez antes — 1560 —, segundo alguns estudiosos da História das Alagoas, quando Cristóvão Lins, considerado o fundador do povoado, penetrou-o com sua bandeira, percorrendo-o até o Cabo de Santo Agostinho, expulsando os indígenas e assenhoreando-se de suas terras. A vila foi criada a 12 de abril de 1636. É a freguesia mais antiga de Alagoas, tendo sido referida na "Fôlha Geral" que acompanha o Alvará de 10 de junho de 1617.

Marechal Deodoro, outro importante núcleo de povoamento, conquistado aos índios Caetés, foi a capital da província até 1839, quando se transferiu para Maceió, e um dos primeiros núcleos para onde Duarte Coelho Pereira enviou colonos, após a sua posse na capitania de Pernambuco, em 1535. Contudo, a existência do povoamento somente é assinalada em fins do século XVI (1591). A vila foi criada em 12 de abril de 1636 e elevada à categoria de cidade por Lei de 8 de março de 1823.

O terceiro núcleo, o de Penedo, ao sul, caminho único e natural para a Bahia, então sede do Govêrno Geral, desfrutava de excelente posição estratégica, motivo por que era cobiçado pelos holandeses que, em 27 de março de 1637, estabeleceram ali o seu domínio, construindo o forte Maurício, em homenagem ao príncipe de Nassau, até 1645, quando foram expulsos por Rocha Pita, com auxílio vindo da Bahia.

Dêsses três núcleos iniciais — Pôrto Calvo, Marechal Deodoro e Penedo — é que se originaram, por desdobramento direto ou indireto, os atuais 71 Municípios e mais de 100 Distritos alagoanos. Em 1764, de território pertencente a Marechal Deodoro, era criado Atalaia, que mais tarde cederia parte de sua área terrestre para dar lugar ao aparecimento de União dos Palmares e Viçosa (1831), Palmeira dos Índios (1835) e Capela (1882). Ainda de Marechal Deodoro apareceram: Anadia (1801), Maceió (1815), Rio Largo (1830), São Miguel dos Campos (1832), Pilar (1857) e Coruripe (1866). Pôrto Calvo, por sua vez, experimentou vários desdobramentos: Pôrto de Pedras

(1815), Maragogi (1875), Colônia de Leopoldina (1901), Jacuípe (1958) e Jundiá (1960), enquanto Penedo possibilitava a criação de Traipu (1835), Pôrto Real do Colégio (1876), Piaçabuçu (1882) e Igreja Nova (1890). Ao terminar o século XIX o quadro da divisão administrativa de Alagoas era constituído por cerca de 31 Municípios. Decorridos 50 anos apenas 6 novas unidades municipais foram incorporadas ao referido quadro: Colônia de Leopoldina (1901), já mencionada, Arapiraca (1926), Junqueiro (1947), Batalha e São Brás (1947) e Major Isidoro (1949); de 1950 até a presente data quase que duplicou o número de comunas alagoanas, atingindo presentemente cerca de 71 unidades municipais e mais de 100 distritos.

O Estado ocupa uma área terrestre de 27 652 km<sup>2</sup> e seus efetivos demográficos somavam 1 271 062 habitantes em 1.º de setembro de 1960, data do último levantamento censitário. A população urbana ascendia a 428 228 almas, enquanto a rural totalizava 842 834. Densidade demográfica: 45,97 hab/km<sup>2</sup>. Os domicílios recenseados atingiam 251 986, dos quais 34 986 na capital.

Os 20 Municípios mais populosos do Estado de Alagoas, de acordo com as estimativas do Recenseamento Geral de 1960, são: Maceió, 170 134; Arapiraca, 56 872; Palmeira dos Índios, 54 540; União dos Palmares, 46 844; Viçosa, 43 095; Anadia, 40 296; Murici, 37 008; Mata Grande, 35 519; Santana do Ipanema, 34 853; Atalaia, 34 370; Rio Largo, 30 704; Limoeiro de Anadia, 28 942; Penedo, 25 379; São Miguel dos Campos, 24 270; São José da Laje, 24 174; Capela, 20 662; Coruripe, 20 499; Água Branca, 20 194; Igreja Nova, 18 813 e Colônia Leopoldina, 18 181.

### SERGIPE

**A**NTES da transferência da Capital da República para o Planalto Central, Sergipe era o menor Estado da Federação, com uma área terrestre de 21 994 km<sup>2</sup>, inferior apenas à da Guanabara, cuja área é de 1 171 km<sup>2</sup>. A população sergipana recenseada em 1.º de setembro de 1960, data do último levantamento censitário, ascendia a 760 273 habitantes (295 929 na zona urbana e 464 344 na rural); a sua densidade demográfica era de 34,57 hab/km<sup>2</sup>. Aracaju,

a cidade mais populosa do Estado e também a de maior densidade demográfica, possui área terrestre de 176 km<sup>2</sup>, onde viviam, na mesma data, 115 713 almas, praticamente concentradas na zona urbana (112 516 habitantes), ou 657,46 hab/km<sup>2</sup>.

O território onde se localiza aquele Estado da Região Leste pertencera à Capitania da Bahia de Todos os Santos. Segundo relata Cândido Mendes, os franceses, que nêle se haviam estabelecido, mantinham com os indígenas o contrabando nas suas praias e nas margens do São Francisco, quando a metrópole, então sob o domínio espanhol, resolveu conquistá-lo; coube a Cristóvão de Barros, governador interino da Bahia, por ordem régia e a reclamo dos habitantes das margens dos rios Real e Itapicuru, o empreendimento da conquista. Encontrou, porém, tenaz resistência dos indígenas, sobretudo do Principal Serigy ou Sergipe, que, sucumbindo na luta com seu irmão Ceriry, legou seu nome à terra tão bravamente defendida. Estabeleceu-se, a princípio, na taba ou aldeia de Sergipe, no lugar chamado Aracaju, onde fica atualmente a capital do Estado, ponto mais tarde abandonado pelo de São Cristóvão — vizinho das margens do Irapiranga (Vaza Barris), com o que honrou o conquistador o santo do seu nome, bem como o válido português na corte de Felipe II, Cristóvão de Moura.

A fundação de São Cristóvão data de 1590, ano em que o governador interino da Bahia empreendeu a expedição vitoriosa. Em 1637 os holandeses invadiram o território e a 25 de dezembro do mesmo ano incendiaram o povoado; posteriormente, isto é, em 1641, Maurício de Nassau completou a conquista do território estendendo o domínio holandês até o rio Real.

Em 1696, com a divisão da capitania da Bahia em duas comarcas — a da Bahia e a de Sergipe — cada uma teve o seu ouvidor. Em 1820 (8 de julho), houve a desanexação da de Sergipe, tornada definitivamente independente com a denominação de Sergipe del Rei.

Após a fundação de São Cristóvão (1590), situada sobre um istmo, na barra do Poxim ou Cotinguiba e junto a um forte primitivo, deu-se a criação de Neópolis, o segundo Município sergipano, por volta de 1697; seguiu-se, no mesmo ano, a criação de Santo Amaro das Brotas, extinto em seguida para dar margem ao aparecimento de Capela

e Maruim (1835); em 1698 apareceu Itabaiana e em 1730 — Lagarto, Propriá, à margem direita do São Francisco, surgiu em 1800.

Durante trinta anos o quadro da divisão administrativa de Sergipe não experimentou alteração; contudo, em 1831 era criado Estância; Laranjeiras e Itabaianinha apareceram em 1832, e Tobias Barreto e Pôrto da Fôlha em 1835; nesse mesmo ano, de território pertencente a Estância era criado Santa Luzia de Itanhí; Santo Amaro das Brotas, que fôra extinto, voltou a existir da fragmentação de Maruim (1835), ano em que o mesmo foi criado; Aracaju, cujo aparecimento se verificou em 1855, segundo lei provincial de 17 de março, foi elevada à categoria de cidade e capital, com a mudança da sede da vila do Socorro. Buquim, por sua vez, surgiu em 1875.

Da fragmentação, direta ou indireta, dessas 13 comunas — São Cristóvão, Neópolis, Santo Amaro das Brotas, Itabaiana, Lagarto, Propriá, Estância, Laranjeiras, Itabaianinha, Tobias Barreto, Pôrto da Fôlha, Aracaju e Buquim — é que se originaram os atuais 62 Municípios e 74 Distritos. Na data da proclamação da República o quadro da divisão administrativa de Sergipe era constituído por 34 Municípios.

Além dos 13 já citados, foram criados até aquela data, os de Itaporanga d'Ajuda, Japoatã, Capela, Maruim, Riachão dos Dantas, Simão Dias, Aquidabã, Arauá, Santa Luzia de Itanhí, Riachuelo, Garuru, N. S. do Socorro, N. S. das Dores, Japarutuba, Divina Pastora, Santo Amaro das Brotas, Indiaroba, Siriri, N. S. das Dores, Rosário do Catete e Cristianópolis.

Os 20 Municípios mais populosos de Sergipe, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Aracaju, 115 713; Lagarto, 47 340; Itabaiana, 45 174; Simão Dias, 27 701; Estância, 24 251; Nossa Senhora das Dôres, 22 013; Propriá, 20 716; São Cristóvão, 20 332; Itabaianinha, 20 043; Capela, 19 038; Riachão do Dantas, 16 659; Campo do Brito, 16 012; Neópolis, 15 693; Aquidabã, 15 240; Itaporanga D'Ajuda, 14 469; Ribeirópolis, 13 371; Laranjeiras, 12 330; Japarutuba, 11 899; Pôrto da Fôlha, 11 697 e Buquim, 10 962.

#### BAHIA

**O** NÚMERO de Municípios baianos ascende, presentemente, a 194, e o de distritos a 681, distribuídos pelas 16 zonas

fisiográficas — do Litoral Norte, Recôncavo, Cacaueira, Extremo Sul, Nordeste, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Encosta da Chapada Diamantina, Jequié, Conquista, Chapada Diamantina, Serra Geral, Sertão do São Francisco, Baixo Médio São Francisco, Médio São Francisco e Barreiras — em que se divide o Estado.

A população baiana, segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960, somava 5 990 605 habitantes — 2 083 716 na zona urbana e 3 906 889 na rural — totalizando perto de 1 milhão e 152 mil o número de domicílios existentes.

A Bahia é o berço do protomunicípio brasileiro; o seu primitivo território tinha apenas 50 léguas, segundo Carta Régia de 5 de abril de 1534, revertendo posteriormente (1548), do seu donatário, à Coroa. Era demarcado pela ponta do Padrão (S. Antônio) até a foz do S. Francisco (Opára), de acôrdo com o Foral dado a Francisco Pereira Coutinho (26-8-1534), constituindo a Capitania da Bahia de Todos os Santos, que mais tarde se estendeu para o Sul, com a incorporação das de Pôrto Seguro e dos Ilhéus.

Em 29-3-1549 chegava à Bahia o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, lançando próximo ao núcleo de população já existente desde 1537, os fundamentos da cidade do Salvador, depois S. Salvador, capital do Brasil até 1763. Em 1821 perdeu todo o território do rio Real ao S. Francisco, que se erigiu em capitania independente, para tornar-se, em seguida, província de Sergipe. Com a retirada da tropa portuguesa (2-7-1823) a Bahia conquistava a sua independência, constituindo-se província do Império. Em 1827 foi-lhe anexada a comarca do rio S. Francisco, compreendendo as vilas e povoações do S. Francisco, Pilão Arcado, Campo Largo e Carinhanha, desmembradas da do sertão de Pernambuco (3-6-1820) e que havia sido incorporada à província de Minas Gerais em 1824.

Estudando-se a genealogia municipal baiana, vê-se que, aos 3 núcleos iniciais — Pôrto Seguro (1534), Ilhéus (1535) e Salvador (1549) — vieram juntar-se os de Cairu (1608), Camamu, Cachoeira, Jaguaripe e São Francisco do Conde (1693). Em 1701, surgiu o de Caravelas; de 1722 até fins de século VIII (1797 foram criados os de Jacobina, Rio de Contas, Maragogipe, Santo Amaro, Inhambupe, Itapicuru, Paratinga, Barra, Prado, Juazeiro, Olivença, Itube-

rá, Ribeira do Pombal, Mucuri e Senhor do Bonfim e, posteriormente, Irará, Amparo, Pombal, Soure e Tucano. Dêsses Municípios é que se originaram os atuais 194.

Finalmente, cabe referir que, de 1.º de julho de 1960 até a presente data, a divisão administrativa do Estado já experimentou várias alterações, com a criação de cerca de 50 novos Municípios, a serem instalados em 7 de abril de 1963.

Os 20 mais populosos Municípios do Estado da Bahia, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Salvador, 655 735; Vitória da Conquista, 143 486; Feira de Santana, 141 757; Itabuna, 118 417; Jequié, 112 940; Ilhéus, 104 429; Santo Amaro, 100 221; Alagoinhas, 75 422; Jacobina, 75 214; Canavieiras, 63 016; Prado, 61 854; Ibicaraí, 60 393; Serrinha, 56 750; Riacho do Jacuípe, 49 400; Ipirá, 48 422; Pôrto Seguro, 47 017; Caravelas, 46 744; Macarani, 46 097; Morro do Chapéu, 46 038 e Irará, 45 575.

#### MINAS GERAIS

**A**o contrário do que vem ocorrendo na maioria das Unidades da Federação, cujos quadros da divisão territorial estão experimentando sucessivos desdobramentos, com a criação de novos municípios, o de Minas Gerais mantém-se praticamente inalterável, desde dezembro de 1953, quando foram criadas 97 unidades municipais, elevando-as a 485 e a 1 215 o número de Distritos.

Tão logo a Coroa Portuguesa resolveu criar a nova Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, separada da do Rio de Janeiro, nomeou seu primeiro governador o capitão-general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, que imediatamente promoveu a instalação em 1711, das três primeiras vilas em Minas Gerais: a Vila Albuquerque, cujo nome foi mudado para Ribeirão do Carmo, ao ser confirmado o ato pelo govêrno da metrópole em 14 de abril de 1712 e, posteriormente (1745), Mariana, em homenagem à rainha D. Maria Ana d'Áustria; a Vila Rica (atual Ouro Prêto) e a Vila de Sabará, esta última situada na região do rio das Velhas.

Segundo Diogo de Vasconcelos, Mariana foi o centro de onde se irradiou a conquista definitiva do território mineiro. Surgida por efeito das expedições de bandeirantes paulistas, que demandavam as Minas Gerais na

última década do século XVII, em busca do ouro, ali abundante, Mariana e Ouro Prêto (esta última descoberta por Antônio Dias e outros bandeirantes) atraíram apreciáveis contingentes de imigrantes vindos de São Paulo, Rio de Janeiro e de vários pontos, determinando o rápido crescimento de suas populações e obrigando o governador Antônio de Albuquerque e seus sucessores — D. Braz Baltazar da Silveira e D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar — a fixar residência em Ribeirão do Carmo, para onde convergia o centro de interêsse da Coroa, em virtude da intensa exploração do ouro.

Em janeiro de 1949 o quadro da divisão territorial de Minas Gerais contava com 388 Municípios; dêsses, 78 se haviam originado do desdobramento da jurisdição da primitiva Vila do Carmo; na mesma época Ouro Prêto já tinha possibilitado a criação de 154 e Sabará — 156. Mariana, cuja área terrestre é de 1 416 km<sup>2</sup>, possui uma população de 32 578 habitantes (15 730 na zona urbana e 16 848 na rural) segundo o Recenseamento Geral de 1960; de acôrdo com a referida apuração censitária, Ouro Prêto (1 274 km<sup>2</sup> de área terrestre) contava com efetivos demográficos de 33 927 almas (19 906 distribuídas na zona urbana e 14 021 na rural), enquanto Sabará (205 km<sup>2</sup>) tinha uma população de 23 098 habitantes (13 721 e 9 377 nas zonas urbana e rural, respectivamente). A sua densidade demográfica é, contudo, elevada: 112,67 hab/km<sup>2</sup>, contra 23,01 para Mariana e 26,63 para Ouro Prêto.

O Estado divide-se em 17 zonas fisiográficas — do Urucuia, Itacambira, Sul, Alto Médio São Francisco, Montes Claros, Alto São Francisco, Mucuri, Baixo Médio Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha, do Rio Doce, Mata, Alto Jequitinhonha, Metalúrgica, Campos da Mantiqueira Mineira, Oeste, Paranaíba, Rio Grande, e zona do Triângulo.

Depois de São Paulo, Minas é o Estado que conta com maior número de municípios. Em 1.º de setembro de 1960 a população mineira somava 9 798 880 habitantes. A superfície do Estado é de 583 248 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 18,80 hab/km<sup>2</sup>.

Os 20 Municípios mais populosos de Minas Gerais, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Belo Horizonte, 693 328; Juiz de Fora, 182 481; Montes Claros, 132 502; Teófilo Otoni, 129 111; Governador Valadares, . . . 122 209; Caratinga, 107 654; Patos de Minas,

97 286; Itambacuri, 95 739; Uberlândia, 88 282; Uberaba, 87 833; Ituiutaba, 71 004; Barbacena, 66 545; Ponte Nova, 65 524; Minas Novas, 64 362; Tarumirim, 63 461; Januária, 60 599; Salinas, 59 195; São João del Rei, 58 290; Conselheiro Lafaiete, 55 567 e Conselheiro Pena, 54 432.

### ESPÍRITO SANTO

**O**s 40 Municípios e 170 distritos, que formam atualmente o quadro da divisão administrativa do Estado do Espírito Santo, originaram-se de oito unidades municipais — Espírito Santo, propriamente dito, cuja fundação remonta a 1535 (em 1931 foi anexado a Vitória e mais tarde — 1947 —, restaurado), Vitória (1545), Guarapari (1679), Fundão e Anchieta (1759), São Mateus (1764), Itapemirim (1815) e Colatina (ex-Linhares), 1833.

O território espírito-santense fôra doado por Carta de 1.º de junho de 1534 a Vasco Fernandes Coutinho. Chegando à baía de Vitória, procedente de Portugal, com cerca de 60 homens, a 23 de maio de 1535, domingo do Espírito Santo, conseguiu fundar, não obstante a resistência dos indígenas, junto ao morro da Penha, o primeiro estabelecimento denominado “Espírito Santo”, em comemoração ao dia de sua chegada, e, pelos indígenas-“Mboab”, o que quer dizer “Aldeia de Gente Calçada” ou, simplesmente, “Calçados”. Teve de enfrentar, contudo, várias lutas contra os índios e também contra diversos fidalgos portugueses, principalmente Duarte Lemos, a quem fizera doação, em 20 de agosto de 1540, da ilha que se chamava Santo Antônio e que então tomara o nome de seu sesmeiro. Renunciando à coroa a capitania, em 1560, quando da visita do governador geral Mem de Sá, e enfraquecida a Colônia pelas muitas lutas, Coutinho veio a falecer em 1561.

Depois de pertencer a vários donatários, a capitania reverteu, finalmente, à coroa, em 1718. A criação da comarca do Espírito Santo data de 1741. Compreendia a capitania de Paraíba do Sul, incorporada à coroa em 1753. Tornou-se capitania independente em 1799.

Vitória, o segundo Município capixaba, foi criado em 1545. Está situado em uma grande ilha primitivamente chamada de Santo Antônio, cujo nome se deve à vitória alcançada pelos portugueses contra os índios Aimorés e Goitacases. Em 1551 iniciou-se a

construção do colégio de Vitória pelo jesuíta Afonso Brás, sendo na sua igreja depositado o corpo de Anchieta, primeiro apóstolo da catequese dos indígenas e falecido na aldeia de Rerityba ou Irirityba (Anchieta), no dia 9 de junho de 1597. A Capital espírito-santense é, hoje, uma progressista cidade, com vida comercial e industrial intensa. Seus efetivos demográficos somavam 85 242 habitantes (1 052,37 hab/km<sup>2</sup>), segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960.

Da fragmentação de seu território apareceram nada menos de nove Municípios, a saber: Serra (1833), Viana (1862), êste último desdobrado em 1893 para dar lugar à criação de Domingos Martins; Santa Leopoldina (1884) e Cariacica (1890). De penúltimo surgiram Afonso Cláudio e Santa Teresa (1890) e Ibirapu (1891). Afonso Cláudio, por sua vez, possibilitava a criação de Itaguaçu, em 1914. Quanto a Guarapari, foi o único Município cujo território permaneceu incólume desde a data de sua criação. Em 1848, com o desmembramento de Fundão, surgiu Aracruz. Já Anchieta possibilitava o aparecimento, em 1891, de Alfredo Chaves e Iconha, enquanto São Mateus dava ensejo à criação de Conceição da Barra (1833), Barra de São Francisco (1943) e Nova Venécia (1953). De Conceição da Barra nasceu Mucurici (1953), ao passo que Mantenedópolis e Ecoporanga (1948) eram criados de território pertencente a Barra do São Francisco. Do desmembramento de Itapemirim, apareceram Cachoeiro do Itapemirim (1864) e Rio Nôvo do Sul (1893). O primeiro experimentou sucessivas alterações. Assim é que, em 1887, surgiu Mimoso do Sul; êste, por sua vez, possibilitou o aparecimento, em 1890, de São José do Calçado, e Apiacá (1958); Iúna, Alegre e Muniz Freire (1890), Muqui (1912) e Castela (1928). Do território pertencente a Alegre era criado, em 1928, Guaçuí e, mais recentemente, isto é, em 1958, Jerônimo Monteiro. Colatina experimentou dois desmembramentos: em 1935, com a criação do Baixo Guandu, e em 1943, quando surgiu Linhares.

O Estado divide-se em 6 zonas fisiográficas: Norte, de Itapemirim, Serrana do Sul, Baixo Rio Doce, de Vitória e Serrana do Centro. Sua população na data do levantamento censitário de 1960 era de 1 188 665 habitantes (30,19 hab/km<sup>2</sup>). Superfície 39 368 km<sup>2</sup>. O número de domicílios exis-

tentes, segundo o aludido censo, era de 206 927. A população urbana somava 379 689 almas, contra 808 976 na rural.

Os 20 Municípios mais populosos do Espírito Santo, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Colatina, 154 966; Cachoeiro do Itapemirim, 91 564; Vitória, 85 252; Linhares, 65 418; Vila Velha, 56 445; Alegre, 49 985; Afonso Cláudio, 47 240; Nova Venécia, 43 901; São Mateus, 40 786; Castelo, 40 003; Cariacica, 40 002; Mimoso do Sul, 33 042; Guaçuí, 32 577; Iúna, 32 210; Conceição da Barra, 32 059; Itapemirim, 31 960; Baixo Guandu, 28 689; Aracruz, 25 193; Santa Teresa, 25 136 e Itaguaçu, 21 893.

#### RIO DE JANEIRO

O ATUAL território do Estado do Rio de Janeiro ocupa uma área terrestre de 42 134 km<sup>2</sup> e é constituído pelo da antiga Capitania de São Tomé e parte da de São Vicente. Divide-se em dez zonas fisiográficas — Baixada de Goitacazes, Muriaé, Cantagalo, Alto da Serra, Resende, Baixada do Rio São João, Baixada de Araruama, Baixada da Guanabara, Baixada do Rio Guandu e Litoral da Baía da Ilha Grande — e nelas estão localizados 63 Municípios e cêrca de 268 Distritos. A população recenseada em 1.º de setembro de 1960 atingia 3 402 728 habitantes (2 077 221 na zona urbana e 1 325 507 na rural), com uma densidade demográfica da ordem de 80,76 hab/km<sup>2</sup>.

Angra dos Reis, o primeiro Município fluminense, conquanto tenha sido elevado à categoria de vila em 1608, a penetração de seu território verificou-se poucos anos após o descobrimento do Brasil. A descoberta da pequena enseada, fronteira à cidade, remonta a 6 de janeiro de 1502 (dia consagrado aos Reis Magos), daí o nome de Angra dos Reis. Em 1556, para lá se dirigiram os primeiros colonos. Quatro anos depois, a antiga Vila dos Reis Magos da Ilha Grande era já uma florescente povoação, reconhecida como Distrito em 1593 e elevada à vila em 1608.

Cabo Frio (1615), considerado como o marco inicial da história do devassamento da velha província, seguiu-se a Angra dos Reis. Em 1667, de território pertencente a Angra dos Reis, era criado Parati. Ainda na segunda metade do século XVII, três novos Municípios — Campos (1673), São João da Barra (1674) e Cachoeiras de Macacu

(1679) foram acrescentados ao quadro da divisão administrativa. Campos e São João da Barra foram anexados em 1753 ao Espírito Santo; em 1832 voltaram, porém, a pertencer ao Rio de Janeiro.

No século XVIII apenas duas alterações experimentou o aludido quadro: em 1749, com a criação de Resende e em 1789, com o aparecimento de Magé, desmembrados, respectivamente, de Parati e Cachoeiras de Macacu. Resende, por sua vez, possibilitou a criação de Valença (1823) e Barra Mansa (1832). Em 1813, com a fragmentação de Cabo Frio e Campos, surgiu Macaé; no ano seguinte, de território pertencente a Cachoeiras de Macacu, apareceram Cantagalo e Maricá, enquanto Angra dos Reis possibilitava a criação (1818) de Itaguaí, mais tarde (1831) desmembrado, para dar lugar ao nascimento de Mangaratiba. Em 1820 deu-se a criação de Nova Friburgo, de território pertencente a Cantagalo. Em 1819, era a vez de Niterói. Seguiram-se Nova Iguaçu e Vassouras (1833). Ainda nesse ano Cachoeiras de Macacu cedia parte de seu território para a criação de Itaboraí, ao passo que, da fragmentação de Valença, surgia Paraíba do Sul. Em 1837, com o desmembramento de Barra Mansa, aparecia Pirai, dividido depois, em 1890, com a criação de Barra do Pirai. Cabo Frio, cujo território se mantivera intacto, experimentou duas alterações em 1841, com a criação, nesse ano, de Saquarema e Silva Jardim. Vieram, logo após, Rio Bonito, Casimiro de Abreu, em 1846, e Rio Claro, em 1849, de território pertencente a Saquarema, Macaé e Barra Mansa, respectivamente. São Fidelis (1850), Petrópolis (1857), Araruama (1859) e Santa Maria Madalena (1861) surgiram do desmembramento de Campos, Magé, Cabo Frio e Cantagalo. Em 1874 era criado Sapucaia; em 1881, Carmo; o primeiro de território pertencente a Magé e o último de Cantagalo. No ano seguinte, Santo Antônio de Pádua, com o desmembramento de São Fidelis. Itaperuna, por sua vez, apareceu em 1885, de território pertencente a Campos. Entre 1890 e 1900 nada menos de onze novas unidades municipais foram incorporadas ao quadro da divisão territorial fluminense: Rio das Flôres, Barra do Pirai (já citado), São Pedro da Aldeia, Itaocara, Sumidouro (1890), Cambuci, Teresópolis, Bom Jardim, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes e Duas Barras (1891).



Do comêço dêste século até a presente data já foram criados 16 novos municípios. Resumindo: os 63 Municípios e 268 Distritos fluminenses originaram-se da fragmentação, direta ou indireta, de oito unidades municipais — Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos, São João da Barra, Cachoeiras de Macacu, Niterói, Nova Iguaçu e Vassouras.

O Recenseamento Geral de 1960 registrou um total de 656 147 domicílios em todo o Estado, dos quais 49 833 em Niterói.

Os 20 Municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Nova Iguaçu, 395 364; Campos, 292 292; São Gonçalo, 247 754; Niterói, 245 467; Duque de Caxias, 243 619; São João de Meriti, 191 734; Petrópolis, 150 300; Nilópolis, 96 553; Volta Redonda, 88 740; Itaperuna, 78 130; Nova Friburgo, 70 145; Barra Mansa, 63 814; Magé, 59 076; Macaé, 58 805; São João da Barra, 54 833; Teresópolis, 52 318; Resende, 48 797; Vassouras, 46 341; Barra do Piraí, 45 367 e Três Rios, 44 565.

#### GUANABARA

**O**s mais diferentes tipos de indústria — têxtil, metalúrgica, química, de cimento, refinaria de petróleo, etc. — compõem o parque industrial da Guanabara, formado por 3 146 estabelecimentos — com 5 pessoas e mais, segundo os resultados do Registro Industrial — 1.º de janeiro de 1959. O número de operários ocupados nos referidos estabelecimentos ascendia a . . . . 142 597 em 1.º de janeiro de 1961, enquanto o valor da produção, na mesma data, era calculado em 82,2 bilhões de cruzeiros. Representavam os serviços de conservação, abastecimento e reparação de veículos 1 371 estabelecimentos, 1 392 bombas e 207 garagens; além disso, havia 123 oficinas mecânicas para reparação de máquinas e motores.

Os dados coletados pelo IBGE registraram em 1960, ainda, a existência de 910 drogarias e farmácias e 41 casas de material cirúrgico, 394 estabelecimentos de assistência hospitalar e para-hospitalar, com 31 003 leitos, ao passo que os Serviços oficiais de saúde pública contavam com 25 estabelecimentos federais e 77 estaduais; funcionavam 112 asilos e recolhimentos e 53 estabelecimentos de assistência a desvalidos. Com capacidade para 15 240 hóspedes havia, em 1.º de janeiro de 1960, 160 hotéis e pensões.

Quanto ao setor educacional, o ensino primário geral era constituído por 1 428 estabelecimentos escolares; por sua vez, o ensino primário, compreendendo os ramos “federal”, “estadual” e “particular” era representado, êste último, por 477 Unidades de ensino elementar, 353 médio e 16 superior.

O Pôrto do Rio de Janeiro, localizado à margem esquerda da Baía de Guanabara, cuja exploração se iniciou em 1910, com quase 7 mil metros de cais acostáveis, de alvenaria de blocos e estacaria de cimento armado, equipado com 217 guindastes — capacidade de 1,5 a 10,0 toneladas cada — e suas 194 pontes rolantes, ocupa posição de destaque no complexo econômico da Região Leste, como importador e distribuidor para o sudeste brasileiro de produtos manufaturados, veículos, combustíveis, etc. No âmbito das comunicações deve ser ressaltada a dupla função centralizadora da Cidade Maravilhosa, como ponto de convergência e irradiação.

Em 1965, a Guanabara completará quatro séculos de existência. Nesse ano, os seus efetivos demográficos deverão ultrapassar a casa dos 3,8 milhões de habitantes, consoante estimativas baseadas nos Censos de 1950 e 1960 e na hipótese de constância da taxa média geométrica anual de incremento no aludido período. Cabe registrar que, em 1.º de setembro de 1960, a população carioca somava 3 307 163 habitantes, contra 2 377 451 em 1.º de julho de 1950. Presentemente, êsses efetivos podem ser calculados em número nunca inferior a 3,5 milhões de almas, numa área terrestre de 1 171 km<sup>2</sup>; a densidade demográfica é, assim, de mais de 3 000 hab/km<sup>2</sup>.

O Estado compreende 35 Circunscrições fiscais. Funcionam 156 bibliotecas, 157 cinemas e 23 teatros e cine-teatros, com capacidade de lotação de 142 787 pessoas, os cinemas, e 16 823, os últimos, 315 associações desportivo-recreativas, 72 associações artísticas, literárias e científicas, 53 jornais, 261 outros periódicos, 52 empresas editôras e impressoras de livros e folhetos, 31 emissoras de radiodifusão e radiotelevisão, 449 igrejas e capelas do culto católico romano, 256 templos do culto protestante ou evangélico, e 385 centros, tendas, etc. do culto espírita.

## SÃO PAULO

O ESTADO divide-se em 33 zonas fisiográficas, a saber: do Litoral de São Sebastião, Médio Paraíba, Alto Paraíba, Mantiqueira, Paranapiacaba, Alto Ribeira, Litoral de Santos, Baixada da Ribeira, São José do Rio Pardo, Bragança, São Paulo, Pirassununga, Rio Claro, Piracicaba, Campos Gerais, Itaporanga, Franca, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Jaú, Botucatu, Piraju, Barretos, Rio Preto, Catanduva, Araçatuba, Bauru, Marília, Assis, Presidente Prudente, Pereira Barreto, Andradina e Presidente Venceslau, e nelas se localizam 505 Municípios e 842 Distritos.

O primeiro núcleo municipal paulista — o de São Vicente — data de 22 de janeiro de 1532, quando Martim Afonso de Souza, donatário da capitania do mesmo nome, em virtude da carta régia de D. João III, de 20 de novembro de 1530, ali desembarcou, fundando a povoação na costa oriental da ilha que os índios chamavam Ingaguaçu. Encarregado de povoar qualquer ponto da costa brasileira onde pretendesse fixar-se, trazia Martin Afonso de Souza poderes para conceder terras de sesmarias; a povoação recebeu logo a categoria de vila, levantando-se o pelourinho, a cadeia, a casa do Conselho, etc.; e caminhando nove léguas pelo sertão, fundou a aldeia de Piratininga.

Em 1543, Brás Cubas fundava Santos, de território pertencente a São Vicente, a qual veio a receber o foral de vila em 19 de janeiro de 1545. Em 1553 os jesuítas Manuel de Paiva, José de Anchieta e outros estabeleceram, no cimo de um morro, uma casa de educação e catequese de índios guaianases, com a denominação de Casa de Piratininga e, posteriormente, Colégio de São Paulo de Piratininga, celebrando-se a primeira missa a 25 de janeiro de 1554. A partir dessa data, atraídos pelos jesuítas, começaram a afluir para os arredores desse colégio, onde se situa a capital paulista, os moradores de Santo André. A criação da vila verificou-se a 5 de setembro de 1558 e a instalação em junho de 1560. Em 1561, de território pertencente a São Vicente, era criado Itanhaém. Em 1600 a povoação de Cananéia, antigo pôrto dos tupis, foi elevada a vila; seguiram-se Mogi das Cruzes (1611), Santana de Parnaíba (esta desmembrada de São Paulo), Ubatuba (1637), Taubaté (1645), Guaratinguetá (1651) e Jundiá

(1655). Seis anos depois (1661) era a vez de Sorocaba. Iguape, antiga freguesia de Nossa Senhora das Neves de Iguape, foi elevada à categoria de vila antes de 1639, ignorando-se, ao certo, a data.

A genealogia municipal paulista pode ser encontrada nesses 10 Municípios: São Vicente, São Paulo, Guaratinguetá, Taubaté, Iguape, Jundiá, Mogi das Cruzes, Cananéia, Sorocaba e Ubatuba. Da fragmentação, direta ou indireta, dessas unidades é que se originaram as atuais 505. Em 1709 a capitania de São Vicente, desligada da do Rio de Janeiro, formou com a de Santo Amaro uma capitania independente, com a denominação de São Paulo, estendendo sua jurisdição sobre Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e todo sul do Brasil. Seu território foi sendo gradualmente reduzido. Primeiro, em 1720, com o desligamento do território de Minas Gerais, depois, em 1738, com os de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que formaram uma capitania subordinada ao Rio de Janeiro; em 1744 e 1748, com a separação das de Goiás e Mato Grosso. Em 1749, a sede do govêrno se transferiu de São Paulo para Santos, ficando o seu governador subordinado ao Rio de Janeiro. Em 1765 foi restabelecida a sede do govêrno em São Paulo e, por Aviso de 4 de fevereiro desse ano, a capitania se tornou independente.

O Estado de São Paulo, (247 898 km<sup>2</sup> de área terrestre) é o mais populoso da Federação. Segundo os dados preliminares do Recenseamento Geral de 1960 a população paulista somava 12 974 699 habitantes . . . . (8 148 929 na zona urbana e 4 825 770 na rural), com uma densidade demográfica de 52,34 hab/km<sup>2</sup>. O número de domicílios registrados totalizava 2 631 502, sendo . . . 831 715 na capital.

Os 20 Municípios mais populosos de São Paulo, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: São Paulo, 3 825 351; Santos, 265 753; Santo André, 245 147; Campinas, 219 303; Ribeirão Preto, 147 361; Sorocaba, 138 323; Jundiá, 118 874; Piracicaba, 116 190; São Caetano do Sul, 114 421; Guarulhos, 101 273; Mogi das Cruzes, 100 194; Bauru, 93 980; Marília, 90 884; São José do Rio Preto, 84 039; Araraquara, 82 898; São Bernardo do Campo, 82 411; Araçatuba, 81 263; Taubaté, 78 744; São José dos Campos, 77 533 e São Vicente, 77 208.

## PARANÁ

No período compreendido entre julho de 1960 e a presente data, nada menos de 81 novos Municípios foram acrescentados ao quadro da divisão territorial paranaense. Elevam-se atualmente a 243 as unidades municipais e a perto de 500 os Distritos que compõem o referido quadro, distribuídos pelas onze zonas fisiográficas em que se divide o Estado — Litoral, Alto Ribeira, dos Campos do Oeste, do Castro, dos Campos Gerais, de Curitiba, de Tomasina, Alto Ivaí, Irati, Oeste e Norte.

No início do século XVII, Eleodoro Ebano Pereira, Capitão das Canoas de Guerra, ao explorar terras da Capitania de São Vicente, fundou a povoação de Paranaguá. Transpondo a Serra do Mar, estabeleceu, junto às nascentes do Iguaçu, a povoação de Curitiba. A 29 de julho de 1648 Paranaguá foi elevada à categoria de vila e, posteriormente, à de Capitania, até 1711, quando foi incorporada ao Estado e adjudicada à Capitania de São Paulo. O atual território paranaense se compõe de parte da Capitania de São Vicente, que atingia o ponto mais meridional de Paranaguá, e parte da de Santo Amaro, estendendo-se até as imediações da Laguna ou Terras de Sant'Ana, doada a Pero Lopes de Souza, irmão de Martin Afonso de Souza, donatário da de São Vicente. A Capitania de Santo Amaro recebeu o título e designação de Itanhaém em 1624. Em 1771 deu-se a criação de São Luís de Guaratuba da Marinha; seguiram-se, ainda no século XVIII, Castro (1779) e Antonina (1797), depois desmembrada para dar lugar ao aparecimento de Morretes (1841) e Pôrto de Cima (1872).

No século XIX criaram-se cerca de 37 unidades municipais: Vila Nova do Príncipe, Guarapuava, Ponta Grossa, Guaraqueçaba, Tibagi, Jaguariaíva, São José da Boa Vista, Piraí, Lapa, São José dos Pinhais, Campo Largo, Arraial Queimado, Votuverava, Conceição do Cercado, Colombo, Araucária, Campo Grande, Bocaiúva, Nossa Senhora do Amparo, Tamandaré, Palmas, Palmeira, Entre Rios, Pitanguí, Conchas, Imbituva, Jataí, Tomasina, Rio Negro, Glicério, Cêro Azul, União da Vitória, Clevelândia, São João do Triunfo, Ipiranga, Campina Grande do Sul e Açungui de Cima.

Várias alterações experimentou, neste século, o aludido quadro; em julho de 1960

o número de Municípios ascendia a 162. Nos dois últimos anos foram criadas mais 81 unidades municipais.

A população paranaense totalizava . . . 4 277 763 habitantes em 1.º de setembro de 1960, segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1960. A área terrestre do Estado é de 199 060 km<sup>2</sup>.

Os 20 Municípios mais populosos do Estado do Paraná, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Curitiba, 361 309; Campo Mourão, 141 157; Cruzeiro do Oeste, 135 816; Londrina, 134 821; Maringá, 104 131; Guarapuava, 96 947; Ponta Grossa, 90 889; Apucarana, 66 091; Paranavaí, 63 189; Pitanga, 56 006; Francisco Beltrão, 55 496; Manuel Ribas, 54 994; Cianorte, 53 658; Pato Branco, 51 581; Cornélio Procópio, 45 341; Rolândia, 44 461; Nova Esperança, 43 095; Jacarèzinho, 42 863; Tibagi, 40 389 e Cascavel, 39 598.

## SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina tinha o quadro de sua divisão territorial constituído, em 31 de dezembro último por 139 Municípios e 331 Distritos.

Em 1658, Manoel Lourenço Andrade, natural de Lamego e procurador do Marquês de Cascais (sucessor de Pero Lopes de Souza), fundou a povoação onde atualmente se encontra o Município de São Francisco do Sul. O Alvará de 18 de dezembro de 1656 criara o Distrito e a Carta Régia de 1660 elevava-o à categoria de vila, com a denominação de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul. A primeira expedição que ali aportou data de 1504, quando foi assinalada a presença do navegador francês Binot Paulmier de Gonneville. No local, havia espessas florestas, abundância de aves e animais de várias espécies. Os índios Carijós, da nação Tupi-Guarani, povoavam a região, vivendo às margens do Babitonga.

Decorridos 11 anos, outra expedição chefiada pelo navegador espanhol João Dias de Sólis chegou a São Francisco do Sul, com intenção de encontrar passagem para as Molucas. A presença dos espanhóis foi novamente observada naquelas paragens por volta de 1553 e 1555.

Em 1714, surgiu no território catariense o segundo Município: o de Laguna, com a denominação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. O Governador do Rio de Janeiro — Francisco de Távora —, preten-

dendo dar maior expansão aos trabalhos no sul, elevava a povoação à categoria de Município. Desmembrado de Laguna, Florianópolis foi criado em 26 de março de 1726, com o nome de Nossa Senhora do Destêrro. Sua instalação ocorrera a 10 de abril de 1728.

No século XVIII (1765) mais uma comuna — a de Lajes — era criada, não experimentando o quadro da divisão administrativa de Santa Catarina outras alterações até 1833, quando surgiram os Municípios de Biguaçu e São José. Pôrto Belo, que aparecera em 1832, foi extinto em 1859, para dar lugar à criação de Tijucas e Itajaí. Ao terminar o século XIX contava o Estado com 27 unidades municipais, as quais foram experimentando desmembramentos.

Em 1917 (25 de agosto), o Govêrno do Estado criou no território que passara à jurisdição de Santa Catarina, pelo acôrdo de limites com o Paraná (20 de outubro de 1916), os Municípios de Joaçaba, ainda hoje cognominado a “Capital do Oeste Catarinense”, Pôrto União, Mafra e Chapecó. Em 1950, o número de Municípios ascendia a 51. Em onze anos, isto é, daquela data até 31 de dezembro de 1961, o quadro territorial passou a contar com 139 comunas.

O Estado tem uma área terrestre de 95 483 quilômetros quadrados. Segundo os dados preliminares do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960, a população catarinense totalizava 2 146 690 habitantes, dos quais 695 347 se localizavam na zona urbana e 1 451 562 na rural. A densidade demográfica era de 22,48 hab/km<sup>2</sup>.

Os 20 Municípios mais populosos, segundo dados preliminares do censo de 1960, são: Lajes, 121 027; Florianópolis, 98 520; Joinville, 70 687; Blumenau, 67 092; Tubarão, 63 268; Criciúma, 62 650; Itajaí, 55 515; Chapecó, 51 981; Concórdia, 45 533; Rio do Sul, 40 291; Campos Novos, 40 067; Canoinhas, 39 262; Brusque, 35 763; Joaçaba, 34 501; Curitibanos, 33 677; Pôrto União, 32 848; São José, 31 696; Mafra, 29 923; Laguna, 29 620; Palhoça, 27 946.

#### RIO GRANDE DO SUL

**O** QUADRO da divisão territorial do Rio Grande do Sul foi acrescido, até março, de mais 6 Municípios — Catuípe, Paim Filho, Serafina Corrêa, Maximiliano de Almeida, Nova Palma e Sapucaia —, elevan-

do-se, assim, o número de unidades municipais daquele Estado a 156. As novas comunas foram desmembradas respectivamente, de Santo Ângelo e Ijuí (Catuípe), Machadinho e Sananduva (Paim Filho), Guaporé e Casca (Serafina Corrêa), Marcelino Ramos e Machadinho (Maximiliano de Almeida), Júlio de Castilhos (Nova Palma) e São Leopoldo (Sapucaia).

Os Municípios que integraram inicialmente a Capitania Geral de Rio Grande foram criados por Provisão de 27-IV-1809. Eram os de Pôrto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Dêles é que se formaram, por desdobramento, direto ou indireto, os atuais 156. Rio Pardo era o maior, compreendendo cêrca de 157 mil km<sup>2</sup>, mais da metade do Rio Grande do Sul.

Em 1817, é criado o de São Borja, com nome de São Luís Leal Bragança, e em 1819, Cachoeira do Sul, com área superior à de Rio Pardo. Nos anos seguintes, foram surgindo Municípios no litoral marítimo e lagunar, na campanha e um no planalto. Apareceram: Pelotas e Piratini (1830), Alegrete, São José do Norte, Triunfo e Caçapava (1831), Jaguarão (1832) e Cruz Alta (1834). Em 1835, ao rebentar a Revolução Farroupilha, contava o Rio Grande com 14 Municípios. Em 1846, vinha o 15.º, o de São Leopoldo, de um núcleo de imigrantes alemães que se iniciara em 1824 à margem do rio dos Sinos. Em 1850, o quadro territorial já é constituído por 21 Municípios, elevando-se, em 1860, a 29. Na década de 1861 a 1870, surgiu apenas um, mas de 1871 a 1880, inclusive, foram criados mais 21, e de 1881 a 1886, mais 7.

À época da proclamação da República ascendia a 58 o número de comunas gaúchas; em apenas 6 havia origem ou predominância de imigrantes alemães; nas demais era o elemento lusitano que se destacava. De 1899 ao comêço do século XX surgiram mais sete: Júlio de Castilhos, de colonizadores luso-brasileiros; Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis e Antônio Prado, de imigrantes italianos; Lajeado, de colonização alemã. Garibaldi (1900) e Guaporé (1903) são de colonização italiana. Em 1930, o Estado contava com 80 unidades municipais. Nesse ano, com o deslocamento dos descendentes de imigrantes alemães e italianos de regiões de grande densidade demográfica para outras menos habitadas, e com o afluxo de novos

imigrantes, inclusive de elementos eslavos, começou a fragmentação do planalto central e do noroeste. Em 1945, já atinge a 92 o número de Municípios gaúchos.

De 28-XII-1944 a 14-XII-1954 o quadro da divisão territorial não experimentou alteração. Contudo, a 15 daquele mês criaram-se 13; a 18, mais 7, e no decorrer de 1955, mais 6. A partir de 1956 até a presente data, 38 novas unidades municipais foram acrescentadas na divisão administrativa do Estado. Quanto aos Distritos, são presentemente cerca de 606.

O Estado compreende onze zonas fisiográficas. A sua área terrestre é de 267 528 quilômetros quadrados. População recenseada em 1.º-IX-1960 (dados preliminares): 5 443 823 habitantes (20,37 hab/km<sup>2</sup>).

Os 20 Municípios mais populosos do Rio Grande do Sul, segundo os dados preliminares do censo de 1960, são: Pôrto Alegre, 641 173; Pelotas, 178 265; Santa Maria, 120 975; Canoas, 104 257; Caxias do Sul, 102 702; Rio Grande, 100 378; Passo Fundo, 93 179; Cachoeira do Sul, 84 512; Bagé, 77 392; Santa Cruz do Sul, 76 854; Santo Ângelo, 76 255; Soledade, 71 550; Erechim, 65 972; São Leopoldo, 63 938; Uruguaiana, 63 713; Ijuí, 63 350; Canguçu, 57 538; Montenegro, 56 953; Palmeira das Missões, 56 693; Lajeado, 56 170.

## GOIÁS

O ESTADO de Goiás conta, atualmente, no quadro da sua divisão territorial, com 179 Municípios e 242 Distritos, os quais se acham distribuídos em onze zonas fisiográficas — Paranã, Taguatinga, Araguaia — Tocantins, Norte Goiano, Alto Araguaia, Meia Ponte, Ipameri, Planalto, Alto Tocantins, Rio Verde e Zona do Mato Grosso e Goiás.

O Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960 assinalou a presença, naquela Unidade da Região Centro-Oeste, de uma população de 1 954 862 habitantes, dos quais 599 404 se concentravam na zona urbana e 1 355 458 se distribuía pela zona rural, com uma densidade demográfica de 5,04 hab/km<sup>2</sup>. A área terrestre é de 642 036 km<sup>2</sup>.

Goiânia, o Município mais populoso, possuía, em 1960, 153 505 almas (133 462 na zona urbana e 20 043 na rural). A capital goiana contava, ainda, com 27 859 domicí-

lios, contra 352 670 existentes em todo o Estado, segundo os resultados preliminares daquele censo.

Manuel Corrêa, em 1647, e Bartolomeu Bueno, em 1682, foram os primeiros bandeirantes que penetraram no território goiano, trazendo, no seu regresso a São Paulo, boa quantidade de ouro. Em 1725, Bartolomeu Bueno da Silva, filho do sertanista do mesmo nome, voltando àquele território, aliciou os índios Goyazes e, depois de iniciar algumas povoações, retornou a São Paulo, apresentando a seu governador oito mil oitavas de ouro. Foi-lhe conferida, então, por ordem régia de 14 de março de 1731, a patente de capitão-mor e o direito ao governo das terras por êle descobertas, com a faculdade ainda de distribuí-las aos que nela desejassem fixar-se. Seguiu-se, então, o afluxo de muitos aventureiros, com o levantamento de povoações. Erigido em comarca da capitania de São Paulo a 11 fevereiro de 1736, foi o distrito de Goiás elevado à capitania geral por Alvará de 8 de novembro de 1744. A cidade de Goiás, que mais tarde viria a ser capital do Estado até a transferência para Goiânia, teve a sua origem no povoado de Santana, assim denominado por Bartolomeu Bueno em virtude de ali haver chegado quando abandonou o arraial *Ferreiro*, a 26 de julho de 1725 (dia de Santana). Elevada à vila em 1736, com o título de Vila Boa de Goiás, em memória de Bueno, seu fundador e da nação indígena *Goyá*, foi erigida em cidade no ano de 1818, com a denominação de GOIÁS. Afirma Cândido Mendes que a expressão *Goyá* ou *Goyaz* é uma corrupção da palavra *Gua-ná*, o verdadeiro nome da tribo, equivalente a *homens do campo*, *campônios*.

Em 1814 foram criadas duas unidades municipais — as de Paranã e Niquelândia. Seguiram-se as de Itapaci, Pôrto Nacional e Cavalcante, em 1831. No ano seguinte (1832) surgia Pirenópolis e, em 1833, seis novas comunas — Luziânia, Natividade, Catalão, Arraias, Silvânia e Santa Cruz de Goiás — eram acrescentadas ao quadro da divisão administrativa goiana. Sítio d'Abadia (1850) e Tocantinópolis (1852) completaram o quadro.

Dêsses 16 municípios é que se originaram, por desdobramento direto ou indireto, os atuais 179. De território pertencente ao de Goiás surgiram, até 1958, quando a divisão administrativa do Estado experimentou alteração, nada menos de 52 comunas; Para-

nã possibilitou, por sua vez, a criação de 3, Itapaci — 10, Pôrto Nacional — 16, Cavalcante — 2, Pirenópolis — 19, Luziânia — 5, Natividade — 1, Catalão — 10, Arraias — 9, Silvânia — 24, Santa Cruz de Goiás — 4, Sítio d'Abadia — 2, e Tocantinópolis — 7.

Os 20 Municípios mais populosos de Goiás, de acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960, são: Goiânia, 153 505; Anápolis, 68 732; Itumbiara, 48 979; Ceres, 42 803; Rio Verde, 40 390; Goiás, 33 962; Jataí, 27 985; Luziânia, 27 884; Itaberaí, 27 304; Jaraguá, 27 240; Pirenópolis, 26 735; Catalão, 26 098; Rubiataba, 25 051; Morrinhos, 23 237; Goianésia, 23 042; Pôrto Nacional, 23 005; Formosa, 22 196; Inhumas, 21 985; Itaporanga, 20 428 e Uruaú, 19 677.

#### MATO GROSSO

**M**ATO Grosso é o segundo Estado brasileiro em extensão territorial. A sua área terrestre abrange 1 231 549 km<sup>2</sup>, inferior apenas à do Amazonas, que ocupa 1 558 987 km<sup>2</sup>. O fenômeno da rarefação demográfica, tão comum em várias Unidades da Federação, como os Territórios de Rondônia, Rio Branco, Amapá e Estados como Amazonas e Pará, é bastante acentuado naquela Unidade da Região Centro-Oeste, atingindo a densidade populacional menos de 1 habitante por quilômetro quadrado (0,74 hab/km<sup>2</sup>), segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1960.

A população matogrossense somava, naquela data, 910 262 habitantes, dos quais 364 004 se concentravam na zona urbana e 546 258 se espalhavam pela zona rural. Dourados é o município mais populoso, com 84 955 almas, colocando-se em segundo e terceiro lugares, respectivamente, os de Campo Grande e Corumbá, com 74 249 e 559 556 habitantes.

Aquidauana é talvez a mais antiga povoação mato-grossense. Nas proximidades das minas de Santiago de Xares, encontrada em 1776 pelo explorador João Leme do Prado, situava-se a cidade, fundada por volta de 1579 pelo espanhol Ruy Diaz de Malgarejo, à margem esquerda do rio Mbotetein — cêrca de 180 quilômetros da confluência dêsse rio com o Miranda. Entrementes, o primeiro explorador do território foi o sertanista Antônio Pires Campos, que penetrou e devassou os sertões do rio das Mortes,

afluente do Araguaia, assim cognominado pelos destroços que o aludido desbravador fizera em 1682 e 1683 nos indígenas Carajás e Araéz.

Em 1719 a "bandeira" de Pascoal Moreira Cabral, sertanista paulista, e outros, lançou os fundamentos de uma povoação junto do rio Coxipó-mirim, no lugar denominado Forquilha. Essa povoação posteriormente se foi transferindo para o arraial, na passagem chamada das Lavras do Sutil, perto do rio Cuiabá, em 1722. Com o rápido desenvolvimento do arraial, foi o mesmo elevado à categoria de vila, em 1726.

A Carta Régia de 9 de maio de 1748 erigiu o território das minas de Cuiabá e Mato Grosso em Capitania, desanexando-a da de São Paulo. Em 19 de março de 1752 era instalada, na povoação denominada Pouso Alegre, junto ao Guaporé, outra vila, com o título de Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso. Cáceres, o quarto Município mato-grossense, surgiu em 1850, e sete anos depois, em 1857, era criado o de Paranaíba. Foram estas cinco comunas que deram origem às atuais 64, por desdobramento direto ou indireto.

Cuiabá, contudo, foi a que experimentou maior fragmentação. Do seu território nasceram nada menos que 51 novas unidades municipais. O primeiro desmembramento verificou-se em 1820, com a criação de Diamantino; seguiram-se Poconé (1831), Corumbá (1850), Rosário d'Oeste (1861), Nossa Senhora do Livramento (1883), Santo Antônio de Leverger (1890), Barra do Garças (1913) e, mais recentemente, Poxoréu (1938), Várzea Grande (1948), Acorizal e Chapada do Guimarães (1953) e Jaciara (1958). Mato Grosso, por sua vez, possibilitou a criação de Alto Madeira (1911), extinto em 1943 para dar lugar ao aparecimento de Aripuanã e do Território do Guaporé (atual Rondônia). Cáceres possibilitava a criação de Barra do Bugres (1944), enquanto Paranaíba era desdobrada em Três Lagoas (1915), Aparecida do Taboado (1948), Cassilândia (1954) e Inocência (1958).

A maioria dos Municípios vem experimentando sucessivas alterações, com a criação de novas unidades. Quanto aos Distritos, somavam em 1.º de julho de 1960 — 172. As alterações mais recentes no quadro da divisão administrativa do Estado datam de novembro e dezembro de 1958, quando surgiram os Municípios de Carapó, Inocência, Jaciara, Mutum e Nova Andradina.

O Estado divide-se em nove zonas fisiográficas, a saber: de Aripuanã, Poxoréu, Encosta Norte, Chapada, Encosta Sul, Baixada Norte, Baixada Sul, de Campo Grande e de Rio Pardo. Os domicílios existentes em todo o Estado, em 1.º de setembro de 1960, totalizavam 163 283.

Os 20 Municípios mais populosos de Mato Grosso, de acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1960, são: Dourados, 84 955; Campo Grande, 74 249; Corumbá, 59 556; Cuiabá, 57 860; Aquidauana, 33 034; Três Lagoas, 32 023; Ponta Porã, 30 262; Cáceres, 28 078; Rosário d'Oeste, 27 365; Amambaí, 24 370; Rondonópolis, 22 554; Bela Vista, 18 411; Paranaíba, 18 290; Poxoréu, 16 968; Barra do Garças, 15 151; Poconé, 14 649; Nossa Senhora do Livramento, 14 186; Carapó, 13 758; Coxim, 12 997 e Miranda, 12 949.

#### BRASÍLIA

Os efetivos demográficos da Capital da República devem ascender presentemente a mais de 200 mil habitantes. Em 1.º de setembro de 1961 o principal núcleo populacional de Brasília, localizado no Plano Piloto, foi estimado em número superior a 75 mil habitantes (37,74% dos efetivos locais). As cidades satélites e mais o Núcleo Bandeirante possuíam, na mesma data, perto de 125 mil habitantes. É interessante destacar a evolução demográfica de Brasília. No primeiro semestre de 1957, os "pioneiros" emigrados que desbravaram o local destinado à edificação da Nova Capital somavam mais de 6 mil pessoas. A 20 de julho do mesmo ano, o IBGE promoveu uma contagem, registrando a presença em todo o território do futuro Distrito Federal de 12 283 habitantes, dos quais 6 000 se achavam radicados na Zona Rural e Cidade de Planaltina. Novo inquérito censitário realizado oito meses depois registrou a presença de 28 804 pessoas, inclusive parcela estimada de 4 500 na Zona Rural. A 17 de maio de 1959, resultados mais positivos foram assinalados pelo IBGE, sendo recenseadas 64 314 pessoas. Em 1.º de setembro de 1960, data da última apuração censitária, a Capital da República contava com 141 724 habitantes.

Construída no centro do quadrilátero que constitui o Distrito Federal, formado entre os paralelos de 15º 30' e 16º 03' Sul e o curso dos rios Prêto e Descoberto,

Brasília, com sua fisionomia arquitetônica singular, suas extensas avenidas e compactos blocos de edifícios é hoje atração internacional. Segundo os "Autos de Devassa", foram os Inconfidentes Mineiros os primeiros a pensar no problema da interiorização da Capital do País; seguiram-se José Hipólito da Costa, que defendeu a mesma idéia, em 1813, no "Correio Braziliense", e Francisco Adolpho Varnhagem. A primeira Constituição da República preconizou a necessidade da transferência, sendo nomeada uma Comissão Exploradora do Planalto Central, em 1892. Essa Comissão, chefiada por Luiz Cruz, previu uma área de 14 400 km<sup>2</sup>, em forma de retângulo, com 160 km de comprimento por 90 de largura. Em 1922, no Governo Epitácio Pessoa, foi assinado o Decreto Legislativo n.º 4 494, estabelecendo a mudança da Capital Federal na zona de 14 400 km<sup>2</sup>, já devidamente medidos e demarcados. Em Planaltina foi lançada a 7 de setembro daquele ano a pedra fundamental da futura Capital. A Constituição de 1946 determinou a transferência para o Planalto Central, tendo o Presidente Eurico Dutra designado outra Comissão, que reconheceu a excelência da localização prevista por Cruls e antes por Varnhagem. Em 1955, no Governo Café Filho, a Comissão presidida pelo marechal José Pessoa escolheu, em definitivo, a área da Nova Capital, com 5 850 km<sup>2</sup>, no local previsto por Dom João Bosco nas suas profecias. Em 18 de abril de 1956 o Presidente Juscelino Kubitschek assinou a "Mensagem de Anápolis" propondo ao Congresso Nacional a criação da NOVACAP, aprovada por unanimidade e transformada na Lei n.º 2 874, de 19 de agosto desse ano. Quatro anos depois, Brasília era oficialmente a Capital do País.

Servida por 38 emprêsas rodoviárias, Brasília apresenta intenso movimento de veculos em suas principais artérias. Em 31 de agosto de 1961 o Serviço de Trânsito assinalou a existência de 6 878 veículos para passageiros e carga, 2 858 automóveis comuns, inclusive "jeeps", 168 ônibus, micro-ônibus e reboques, 1 628 camionetas, 22 ambulância, 452 motocicletas e motonetas com 2 ou 3 rodas, 1 717 caminhões, 6 autos-socorro, 7 cavalos mecânicos e 20 reboques. No aeroporto local escalam os mais modernos tipos de aparelhos, procedentes de dife-

rentes pontos do território nacional, sobretudo do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Belém, bem como do estrangeiro.

Brasília possui 2 estações de radiodifusão, 3 de televisão e 3 diários. No Plano Piloto existiam, em 1960, 3 hotéis de primeira categoria, sendo 2 de luxo. Quanto ao setor educacional, funcionam 60 estabelecimentos de ensino primário e 11 de ensino médio. Em 1960 havia 6 bibliotecas, com

cêrca de 110 mil volumes. O número de farmácias, drogarias e casas de material cirúrgico ascendia a 45. A assistência hospitalar era representada por 13 estabelecimentos (9 oficiais e 4 particulares). Os Centros Oficiais de Saúde Pública compreendiam, em 1960, 5 estabelecimentos, sendo 4 mantidos pelo Govêrno Federal e 1 pela Prefeitura; segundo a finalidade, 2 eram gerais e 3 especializados.

**I**MPÔSTO DE RENDA — *Elevou-se a 39,7 bilhões de cruzeiros a arrecadação do impôsto de renda no primeiro semestre do ano em curso. Esse total evidencia um aumento da ordem de 39% sôbre o montante arrecadado em idêntico período de 1961, quando alcançou 28,5 bilhões de cruzeiros.*

*As maiores contribuições, na pauta, couberam aos Estados de São Paulo e Guanabara. O primeiro figurou com uma parcela de 18 721 milhões de cruzeiros (47,10% do total), e o segundo, com 11 998 milhões (30,20%). Um confronto dêstes dados com os do primeiro semestre de 1961 indica que houve aumentos relativos de 53 e 21%, respectivamente. Em segundo plano, com arrecadação entre 2,4 e 2 bilhões de cruzeiros e coeficientes de 6,00 e 5,10% figuram Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No mesmo período, o Paraná contribuiu com 1 158 milhões de cruzeiros (2,90%). Na faixa de 500 a 605 milhões de cruzeiros, e coeficientes de 1,30 e 2,90%, aparecem os Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Rio de Janeiro.*

*A arrecadação baiana situou-se em nível bastante inferior, representando apenas 436 milhões de cruzeiros, ou 1,10% do total. As demais Unidades da Federação apresentaram participação global de 1 387 milhões (3,50%). Finalmente, observou-se uma queda na arrecadação nos Estados da Paraíba, Alagoas e Sergipe, e na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque. Nesta, o decréscimo foi da ordem de 53%.*